MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

Anuário do Instituto Rio-Branco

1982

INSTITUTO RIO-BRANCO

INSTITUTO RIO-BRANCO
1982

Diretor:
Embaixador Wladimir do Amaral Murtinho

Coordenador de Ensino:
Ministro Oswaldo Biato

Chefe da Secretaria:
Conselheiro Livieto Justino de Souza

Assessores do Diretor:
Conselheiro Maria da Natividade Ribeiro Petit
Conselheiro Clóvis Correa Palmeiro da Fontoura
Conselheiro Heloísa Vilhena de Araújo
(a partir de 8-11)

Coordenadora de Ensino Adjunta:
Clarisse F. da Silva

SUMÁRIO

Instituto Rio-Branco

Histórico 11
Organização 13
Exame Vestibular ao Curso de Preparação à Carreira de Diplomata e Concurso de Provas para Ingresso Direto na Carreira de Diplomata 15
Curso de Preparação à Carreira de Diplomata (CPCD) .. 19
Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas (CAD) e Curso de Altos Estudos (CAE) 23

Atividades do Instituto Rio-Branco em 1982

Exame Vestibular ao Curso de Preparação à Carreira de Diplomata 27
Curso de Preparação à Carreira de Diplomata 45
Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas e Curso de Altos Estudos 81
"Seminário San Carlos-Itamaraty" na Colômbia 91
Formatura da Turma de 1981 93

Professores do IRBr 99
Legislação 121

INSTITUTO RIO-BRANCO

Histórico
Organização

Exame Vestibular ao Curso de Preparação à Carreira de Diplomata
e Concurso de Provas para Ingresso Direto na Carreira de Diplomata
Curso de Preparação à Carreira de Diplomata (CPCD)
Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas (CAD)
e Curso de Altos Estudos (CAE)

HISTÓRICO

O Instituto Rio-Branco foi criado pelo Decreto-Lei nº 7.473, de 18 de abril de 1945, por ocasião das comemorações do Centenário do Barão do Rio-Branco. A idéia, já anteriormente lançada pelo Embaixador Jorge Latour, quando ainda Secretário, voltou a tomar impulso, dinamizada por seu próprio autor.

Os objetivos específicos do Instituto eram, por um lado, a formação básica do diplomata profissional e, por outro, a manutenção de seu contínuo aperfeiçoamento.

A regulamentação e o início da realização das metas, fixadas pelo Decreto-Lei nº 7.473, ocorreram durante o Governo do Presidente Eurico Gaspar Dutra, no âmbito do Decreto-Lei nº 9.032, de 6 de março de 1946.

Os diplomas legais que criaram o Instituto Rio-Branco e regularam seu funcionamento mantiveram o sistema dualista de admissão à Carreira Diplomática, isto é, através de concursos diretos (Concursos de Provas) e através de Exame Vestibular ao Curso de Preparação à Carreira de Diplomata, cuja duração é de dois anos. Esta última forma vem prevalecendo sobre a primeira a fim de atender à necessidade de prover os futuros diplomatas com treinamento profissional adequado, recorrendo-se ao Concurso de Provas apenas quando o número de vagas na classe inicial o exija.

Pelo Decreto nº 45.535, de 5 de março de 1959, foi alterada a sistemática do Exame Vestibular, no sentido de que seu processamento se realize em três etapas: a primeira, de provas vestibulares iniciais, aplicada em diferentes Capitais estaduais, e as etapas seguintes, realizadas em Brasília, de exames físicos e psicológicos, e de provas finais.

Até 1982 realizaram-se 37 exames vestibulares e, através do CPCD, formaram-se 760 diplomatas. Com a nomeação da turma de 1982 elevou-se para 864 o número de funcionários que ingressaram na Carreira de Diplomata através do IRBr, incluindo-se entre eles os 104 recrutados mediante Concurso de Provas, relativos aos anos de 1954, 1955, 1962, 1967, 1975, 1977 e 1978.

Por despacho de 5 de junho de 1975, o Senhor Ministro de Estado da Educação e Cultura homologou o Parecer nº 1.842/75,

do Conselho Federal de Educação, que reconhece o Curso de Preparação à Carreira de Diplomata como Curso de graduação de nível superior, atribuindo ao Instituto Rio-Branco a designação de "estabelecimento de nível superior". Nos termos do Relatório que informou o citado Parecer, o reconhecimento em questão "permite aos diplomados pelo CPCD gozar das prerrogativas que a lei confere aos formados por curso superior".

Como resultado do Plano de Reforma e Transferência do IRBr, aprovado pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores em fins de 1975, foram mantidas e ampliadas algumas inovações:

a) realização do Exame Vestibular para o CPCD em junho e julho;
b) acolhimento de bolsistas estrangeiros, provenientes de países em desenvolvimento da América Latina e África, que se destinam à Carreira Diplomática no respectivo país;
c) expansão da carga de matérias profissionalizantes;
d) realização de estágios práticos em três departamentos do MRE;
e) designação de orientadores (diplomatas do MRE) para os alunos.

A fim de dar ao Diplomata recém-formado uma visão ampla e prática do serviço diplomático nacional no Brasil e no exterior, foi criado, em 1982, um estágio de treinamento profissional — a ser realizado nos primeiros meses de 1983 — dividido em duas partes, a primeira em diversos Departamentos da Secretaria de Estado e a segunda, de 45 dias, em postos no exterior.

ORGANIZAÇÃO

O Instituto Rio-Branco é órgão integrante do Ministério das Relações Exteriores, e está diretamente subordinado ao Ministro de Estado.

As atividades do Instituto Rio-Branco acham-se disciplinadas no Regimento Interno da Secretaria de Estado das Relações Exteriores, Decreto nº 71.534, de 12-12-72, complementado pela Portaria nº 456, de 24-10-77, e por Regulamento próprio, aprovado pela Portaria nº 473, de 11-01-78, com as alterações do Art. 7º, introduzidas pelas Portarias nºs 480, de 17-10-78, e 504, de 19-11-82.

O Instituto Rio-Branco tem por finalidade:

a) recrutar, selecionar e formar pessoal para a Carreira Diplomática; e
b) realizar cursos de aperfeiçoamento ou especialização para servidores do Ministério das Relações Exteriores.

O Instituto, sob chefia do Diretor, compreende a Secretaria e a Coordenação de Ensino. O Diretor é nomeado pelo Presidente da República, e escolhido pelo Ministro de Estado, por indicação do Secretário-Geral, entre os Ministros de Primeira e Segunda Classe. O Chefe da Secretaria e o Coordenador de Ensino são nomeados pelo Ministro de Estado entre os diplomatas das categorias de Ministro de Segunda Classe, Conselheiro e Primeiro Secretário.

Para preencher suas finalidades, o Instituto mantém os seguintes cursos:

1) Curso de Preparação à Carreira de Diplomata (CPCD);
2) Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas (CAD);
3) Curso de Altos Estudos (CAE);
4) Cursos de Aperfeiçoamento e Especialização.

O Instituto poderá organizar cursos e financiar programas de estudos (e.g. o Programa de Incentivo a Estudos no Exterior), no interesse do Ministério das Relações Exteriores.

O Instituto organiza concurso de provas para o ingresso direto na Carreira de Diplomata, sempre que as necessidades de recrutamento o exigem.

EXAME VESTIBULAR AO CURSO DE PREPARAÇÃO À CARREIRA DE DIPLOMATA E CONCURSO DE PROVAS PARA INGRESSO DIRETO NA CARREIRA DE DIPLOMATA

Disposições Gerais

As condições para inscrição no Exame Vestibular são as seguintes: a) ser brasileiro e atender ao requisito do art. 145 § único da Constituição Federal; b) contar no mínimo 19 e no máximo 30 anos de idade; c) ser eleitor e estar em dia com as obrigações militares; d) ter bons antecedentes; e) ter concluído, pelo menos, a segunda série ou 4º período ou semestre de curso de graduação de instituição de ensino superior reconhecido ou de universidade estrangeira, comprovada, neste caso, a equivalência com os estudos correspondentes no Brasil. O número de créditos obtidos comprovadamente, deverá caracterizar bom aproveitamento, em ritmo normal. Quando o candidato for casado com pessoa de nacionalidade estrangeira, será inscrito condicionalmente e só será matriculado após obtida a devida autorização do Ministro de Estado das Relações Exteriores.

Divulgação do Vestibular

A divulgação do Vestibular é feita por funcionários da Carreira Diplomática, nas diversas Capitais onde funcionam os centros de inscrição: Belém, Belo Horizonte, Curitiba, Fortaleza, Manaus, Porto Alegre, Recife, Rio de Janeiro, Salvador e São Paulo.

Admissão

A admissão ao CPCD faz-se mediante aprovação em Exame Vestibular, realizado em três fases:

1ª *Fase* — Provas Vestibulares Iniciais: Português, Francês e Inglês. São eliminatórias: Português, e Francês ou Inglês. As provas vestibulares iniciais realizam-se, concomitantemente, na sede do

Instituto Rio-Branco e em Capitais de vários Estados da União; os exames e provas das demais fases se efetuam na sede do Instituto Rio-Branco. Aos candidatos residentes nos Estados, que se habilitem na 1ª fase, o IRBr provê transporte e hospedagem, em Brasília, para que se submetam aos demais exames e provas.

Para ser aprovado nesta primeira fase, o candidato deverá obter a nota mínima de 60 em Português e pelo menos 50 em uma das línguas estrangeiras e perfazer, no conjunto das três línguas, um mínimo de 150 pontos.

2ª Fase — Exames de Sanidade e Capacidade Física e Psíquica, investigação social e entrevistas (eliminatórios). Os candidatos aprovados na 1ª Fase são submetidos a Exames de Sanidade e Capacidade Física e Psíquica, a cargo de entidade oficial ou oficializada, ou de junta médica de especialistas, à escolha do Diretor do Instituto Rio-Branco. É também realizada investigação dos costumes e do conceito corrente do candidato. Os exames e a investigação têm efeito eliminatório.

Uma comissão, designada pelo Diretor do Instituto Rio-Branco, entrevista os candidatos e, com base nos resultados dos exames, da investigação e da entrevista, emite, a respeito de cada um deles, parecer sobre sua aptidão para a Carreira Diplomática e sobre a conveniência de sua admissão às Provas Vestibulares Finais. Quando a Comissão conclui contrariamente à admissão do candidato, o Diretor submete o respectivo expediente, com seu parecer, à decisão do Ministro de Estado. O Diretor procede da mesma forma caso discorde do parecer favorável da comissão.

3ª Fase — Provas Vestibulares Finais: História do Brasil, História Mundial e Geografia do Brasil (eliminatórias); Geografia Geral, Noções de Direito e Noções de Economia (classificatórias). As provas vestibulares finais destinam-se a completar o processo de seleção do Exame Vestibular e a aferir conhecimentos básicos, indispensáveis aos estudos a serem realizados no CPCD. Essas provas são escritas.

São considerados aprovados os candidatos que obtêm a nota mínima de 50 pontos em cada matéria e média global de 60 pontos. Os candidatos aprovados ficam habilitados à matrícula no 1º ano do Curso de Preparação à Carreira de Diplomata, segundo sua classificação final, e dentro do número de vagas, fixado pelo Edital da abertura das inscrições. O Exame Vestibular só é válido para matrícula no CPCD no ano letivo imediato.

Quanto ao Concurso de Provas para Ingresso Direto na Carreira de Diplomata, a única exigência diferente das do Exame Vestibular é a de que o candidato tenha completo o curso universitário e não apenas dois anos ou quatro semestres.

O concurso compreende provas de Português, Francês e Inglês, na primeira fase, todas eliminatórias, inclusive orais das línguas estrangeiras; a segunda fase é igual à do Exame Vestibular; provas de História Mundial e do Brasil, Economia, Direito Internacional Público e Privado, todas eliminatórias, e classificatórias de Geografia, Direito Civil, Comercial e Constitucional, Ciência Política e Relações Internacionais constituem a terceira fase.

É feito o mesmo processo de divulgação do Exame Vestibular, nas principais capitais brasileiras, onde também são realizadas as provas escritas de línguas, fazendo os que passarem nestas os exames orais e demais provas em Brasília.

CURSO DE PREPARAÇÃO À CARREIRA DE DIPLOMATA (CPCD)

Organização do Curso

O Curso de Preparação à Carreira de Diplomata (CPCD), ministrado em dois anos, é gratuito e de freqüência obrigatória.

O Curso obedece a um planejamento global, no qual se integram os programas das diversas matérias, inclusive os do Exame Vestibular. Para fins de coordenação, as matérias estão agrupadas em seções.

O escalonamento das matérias, em grau crescente de conteúdo profissional, é feito de forma que as disciplinas de uma fase possam servir de embasamento aos estudos da fase seguinte. O plano de estudos obedece, assim, a pressupostos e objetivos correspondentes a cada seção.

Seção de Línguas

As línguas estrangeiras fundamentais são o inglês e o francês. Ao longo dos dois anos de curso, os objetivos são os seguintes:

a) desenvolver a expressão oral dos que já têm expressão escrita em inglês ou francês;
b) consolidar o conhecimento básico de um ou de outro idioma, para os que não o tem consolidado, procurando, dentro dos limites do possível, homogeneizar a turma;
c) ensinar (especialmente no 2º ano) a utilização profissional das duas línguas (no debate, na correspondência diplomática, nos comunicados à imprensa, na exposição oral, nos relatórios, etc.).

As línguas estrangeiras complementares (alemão, árabe, chinês, espanhol, japonês, russo, etc.) têm por objetivo didático mais modesto, dar ao aluno:

a) o conhecimento básico estrutural, passivo, do idioma, que poderá servir como base para posterior desenvolvimento;
b) a capacidade de usar a língua, minimamente, no caso do japonês e do árabe, de forma passiva (alfabetização e co-

nhecimento do léxico essencial, leitura simples) e ativa (conversação simples, entendimento de frases habituais). No caso do espanhol, do alemão e do russo: troca oral de informações práticas e, na medida do possível, uso das mesmas em condições profissionais.

Seção Básica

Tem como finalidade dar ao aluno o conteúdo acadêmico básico necessário para sua atividade profissional. Inclui matérias de Direito, Ciência Política, Economia, Estudos Brasileiros, Relações Internacionais e Relações Diplomáticas do Brasil, distribuídas em várias cadeiras nos dois anos do curso. (*)

Seção Profissionalizante

Inclui cursos em forma de conferências e seminários diretamente relacionados às atividades diplomáticas, dando ao aluno conhecimento essencialmente prático da profissão que futuramente irá exercer. (*)

Regime Didático

Na execução dos programas, procura-se acentuar os aspectos profissionais e interdisciplinares do treinamento objetivado pelo Curso de Preparação à Carreira de Diplomata. Em conseqüência, a fim de racionalizar os encargos escolares dos alunos, permitindo-lhes melhor aproveitamento nos estudos e visão mais integrada dos cursos ministrados, promove-se a preparação de trabalhos que impliquem, sempre que possível, tratamento interdisciplinar de temas profissionais.

Sistema de Aprovação

É aprovado o aluno que obtém, no mínimo, 50 pontos em cada matéria, e 60 pontos de média global.

Poderá requerer exame de segunda época o aluno que tiver média global, e só não tenha logrado a nota final mínima em uma matéria. É permitida a repetência, uma só vez e no ano letivo imediato, ao aluno que se encontre em uma das seguintes situações: não tenha obtido os pontos necessários no exame de segunda época; se bem que aprovado em todas as matérias, não tenha conseguido a

(*) O plano de estudos do CPCD encontra-se na página 79.

média mínima; ou, por motivo justo, haja excedido o número de faltas admissíveis.

A nota final do CPCD é a média ponderada das médias globais do Exame Vestibular e de cada ano letivo, atribuindo-se peso 1 à primeira e peso 2 à média global de cada ano.

Corpo Docente

Os professores são designados pelo Diretor do Instituto Rio-Branco, após aprovação dos seus nomes pelo Ministro de Estado. A designação é feita para um ano letivo apenas, podendo, entretanto, haver recondução. Os membros do Corpo Docente são escolhidos entre professores universitários e funcionários da carreira de Diplomata, tendo estes últimos preferência para reger as cadeiras especializadas inerentes à atividade diplomática.

Bolsas

Aos alunos do Curso de Preparação à Carreira de Diplomata são concedidas bolsas de estudo, cujo montante é fixado anualmente pelo Diretor do Instituto.

Prêmios

Prêmio Rio-Branco

No fim do Curso de Preparação à Carreira de Diplomata, são conferidas medalha de ouro (vermeil) e medalha de prata ao 1º e 2º colocados no CPCD, classificados de acordo com a média final obtida nos termos do Artigo 13 do Regulamento do Instituto Rio-Branco.

Prêmio Lafayette de Carvalho e Silva

Ao 1º e 2º colocados no Exame Vestibular ao CPCD são conferidas, respectivamente, medalhas de prata e de bronze.

O prêmio foi estendido aos candidatos aprovados em 1º e 2º lugares no Concurso de Provas para Ingresso Direto à Carreira de Diplomata, e, com efeito retroativo, também aos diplomatas ingressados por Concurso de Provas anteriores que obtiveram, no respectivo Concurso aquelas classificações, de acordo com a Portaria nº 476, de 31-5-78.

Prêmio de Viagem

Para cada turma que conclui o CPCD, há prêmios de viagem, na proporção de um premiado para 15 alunos ou fração. São con-

siderados os alunos que tenham obtido as melhores médias para o conjunto dos dois anos do CPCD, excluídas as notas do exame vestibular. O prêmio consiste de estágio de 30 a 45 dias, em repartição diplomática ou consular, conforme o interesse da Administração do MRE. É gozado cerca de seis meses após a posse, em posto cujas atividades se relacionem com a unidade de trabalho em que o funcionário esteja lotado.

Prêmio Itamaraty

Instituído em dezembro de 1979, destina-se a premiar o aluno estrangeiro que conclui o CPCD com a melhor classificação. Consiste de viagem de sete dias a uma das regiões geográficas do Brasil, escolhida pelo premiado; o itinerário é organizado em colaboração com o Instituto, que fornece passagem aérea e diárias.

Para atribuição do Prêmio Itamaraty, os cálculos são baseados nas médias anuais, tais como comunicadas pelo IRBr aos Governos estrangeiros interessados. Para as mesmas, só contribuem as disciplinas cujos estudos e trabalhos correspondem ao nível regular do CPCD.

Atividades Extracurriculares

Com a reforma, em 1976, do programa do Instituto Rio-Branco para o Curso de Preparação à Carreira de Diplomata, passaram a fazer parte do curso viagens de estudos pelo Brasil, em que os alunos têm oportunidade de visitar diversas regiões do país, com o objetivo de inteirar os alunos dos problemas nacionais e de tudo o que se refere ao país nos diversos campos de interesse. São também um treinamento em viagens de caráter oficial, semelhantes às que terão de fazer durante a carreira.

O Instituto proporciona conferências, pronunciadas por professores convidados e palestras dos alunos bolsistas sobre seus respectivos países.

Os alunos fazem estágios profissionalizantes nos diversos Departamentos do Itamaraty, em dois ou três períodos, distribuídos pelo ano letivo. Tais estágios são parte essencial do CPCD e se destinam a dar ao aluno oportunidade de contacto direto com a realidade e a sistemática de trabalho do Ministério das Relações Exteriores.

CURSO DE APERFEIÇOAMENTO DE DIPLOMATAS (CAD)

CURSO DE ALTOS ESTUDOS (CAE)

O Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas (CAD) e o Curso de Altos Estudos (CAE) constituem um sistema de treinamento e qualificação funcional, na forma prevista pelo Artigo 6º da Lei nº 5.645, de 10 de dezembro de 1970, que estabelece:

> "A ascensão e a progressão funcionais obedecerão a critérios seletivos, a serem estabelecidos pelo Poder Executivo, associados a um sistema de treinamento e de qualificação destinado a assegurar a permanente atualização e elevação do nível de eficiência do funcionalismo".

O CAD tem por objetivo treinar os Segundos Secretários em matérias de nível intermediário, preparando-os para o acesso aos escalões de Primeiro Secretário e de Conselheiro. Por sua vez, os funcionários desta última categoria terão no CAE uma etapa de preparação aos estágios superiores da Carreira: Ministro de Segunda Classe e de Primeira Classe.

O CAE foi criado formalmente em 1961, pela Lei nº 3.917. Quanto ao CAD, foi instituído pelo Decreto nº 71.323, de 1972. A inovação trazida pelo Decreto nº 79.556 refere-se somente ao nível próprio para o primeiro daqueles Cursos, que passou a ser o de Conselheiro — classe inexistente em 1961. Esta alteração foi feita dentro do espírito da reforma instituída pelo Decreto-Lei nº 200, de 29 de setembro de 1969, pelo qual cabe ao Executivo regular, por Decreto, os critérios para a progressão funcional, *ex-vi* do Artigo 6º da Lei nº 5.645, de 1970, acima citado.

O CAD é fundamentalmente um curso por correspondência: os Segundos Secretários nele matriculados recebem textos básicos, além de outros materiais didáticos, sobre as disciplinas previstas, prestando exame escrito, posteriormente, em Brasília ou, no caso dos funcionários lotados no exterior, através do sistema de malas diplomáticas, mediante o envio de aplicadores de provas ou com a chamada a serviço à Secretaria de Estado pela duração dos exames, havendo, naturalmente, ampla possibilidade de diálogo entre o aluno e o Instituto.

No que diz respeito ao CAE, sua atividade básica consiste no preparo de trabalho sobre tema de relevância funcional, aprovado previamente pelo Instituto Rio-Branco. O trabalho, apresentado por escrito, será julgado por Banca Examinadora designada pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores. Em época prevista pelo Edital de regulamentação do CAE em que está inscrito, será convocado para a defesa oral do trabalho, perante a mesma Banca Examinadora. Completa-se o ciclo do CAE com estágio de curta duração em Brasília, constando de visitas, trabalhos individuais e em grupo, seminários, viagens, etc., propiciando atualização nos principais setores da vida nacional.

A escolha do tema para o trabalho é aspecto importante deste processo. A sugestão inicial deve partir do aluno, no momento em que se candidate à matrícula, podendo refletir os temas a área geográfica de sua maior experiência na Carreira. A determinação definitiva do tema, contudo, exigirá a aprovação do Instituto, com vistas a assegurar que o trabalho, definido precisamente, tenha relevância funcional e contribua para o acervo de documentação do Itamaraty. Em outras palavras, o trabalho deverá constituir subsídio útil para a formulação e execução da política externa do País.

Tanto para o CAD como para o CAE não há publicação de notas ou classificação dos alunos. A aprovação é por conceito, podendo os alunos reprovados matricular-se em qualquer Curso posterior.

A implantação dos dois Cursos na forma estabelecida pelo Decreto nº 79.556 e pelas Portarias nºs 450 e 451, em que se baseia o Edital, é feita na consciência de que os modelos adotados deverão ser adaptados na prática às peculiaridades da Carreira, e também a certas limitações objetivas, como a de recursos financeiros e humanos. Por isso as normas estabelecidas pelas Portarias — e mais ainda as do Decreto — são propositadamente genéricas, assegurando ampla margem para a realização dos ajustes que se revelem necessários. O importante é que, com a instituição do CAD e do CAE, dá-se forma concreta ao processo de aperfeiçoamento e valorização do Diplomata brasileiro.

Até 1982, o CAD aprovou 136 diplomatas, dos quais 41 foram promovidos a Primeiro Secretário, representando os 95 restantes cerca de 62% do total da classe de Segundo Secretário.

O CAE aprovou, até 1982, 63 Conselheiros, dos quais 23 foram promovidos a Ministro de Segunda Classe, correspondendo os 40 restantes a cerca de 30% do total dos Conselheiros do MRE.

ATIVIDADES DO INSTITUTO RIO-BRANCO EM 1982

Exame Vestibular ao Curso de Preparação à Carreira de Diplomata
Curso de Preparação à Carreira de Diplomata
Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas
Curso de Altos Estudos
"Seminário San Carlos-Itamaraty" na Colômbia
Formatura da Turma de 1981

EXAME VESTIBULAR AO CPCD 1982

Provas Iniciais

As inscrições para o Exame Vestibular ao Curso de Preparação à Carreira de Diplomata estiveram abertas de 22 de março a 20 de abril de 1982, em Brasília e nos centros regionais de inscrição do Rio de Janeiro, São Paulo, Curitiba, Porto Alegre, Recife, Belo Horizonte, Salvador, Fortaleza, Belém e Manaus. As provas iniciais realizaram-se nessas mesmas Capitais, nos dias 11, 12 e 13 de maio (Português, Francês e Inglês, respectivamente).

Foram enviados os seguintes diplomatas para a divulgação do concurso nos órgãos acadêmicos e de divulgação de cada cidade:

São Paulo e Porto Alegre: Ministro Oswaldo Biato;

Belo Horizonte e Curitiba: Conselheiro Paulo Renato Costa Santos;

Salvador: Conselheiro Clóvis Correa Palmeiro da Fontoura;

Recife e Fortaleza: Secretário Isnard Penha Brasil;

Manaus e Belém: Secretário Vitor Cândido Paim Gobato.

Para a aplicação das provas foram designados os seguintes diplomatas:

Rio de Janeiro: Conselheiro Maria da Natividade Ribeiro Petit;

São Paulo: Secretários Luiz Fernando Panelli Cesar e Carmen Lídia Richter Ribeiro Moura;

Curitiba: Secretário Carmelito de Melo;

Porto Alegre: Secretário Cícero Martins Garcia;

Recife: Secretário Denis Fontes de Souza Pinto;

Belo Horizonte: Secretário Matias Antonio Senra de Vilhena;

Salvador: Secretário Marisa Baranski Lamback;

Fortaleza: Secretário Marcos Vinicius Pinta Gama;

Belém: Secretário Maria Juliana Dutra Martins;

Manaus: Secretário José Borges dos Santos Júnior.

A banca examinadora constituiu-se dos seguintes professores:

Português: Jayme Villa-Lobos e Stella Maris B. Figueiredo Ricardo;

Francês: Alain Bertrand, Hubert de la Fontaine e Liliane F. A. Fréchet Ramière;
Inglês: John Stanley Trzeciak e Lucy de Lima Coimbra.

Movimento:

Inscritos	1.426
Compareceram	473
Aprovados	79

Exames de Sanidade e Capacidade Física e Psíquica e Entrevistas

Os exames da segunda fase do Vestibular ao Curso de Preparação à Carreira de Diplomata realizaram-se em junho e julho. O Coordenador Médico dos exames de sanidade e capacidade física foi o Chefe do Serviço de Assistência Médica e Social do Ministério das Relações Exteriores e os exames de sanidade e capacidade psíquica estiveram a cargo do Doutor Geraldo Servo, Diretor do Instituto de Psicologia, Seleção e Orientação (IPSO). Foram designados para a Comissão de Avaliação dos Candidatos, de acordo com o § 2º do Artigo 7º do Regulamento do Instituto Rio-Branco, os Ministros Paulo Cardoso de Oliveira Pires do Rio, Oswaldo Biato, Guilherme Luiz Belford Roxo Leite Ribeiro, Luiz Felippe de La Torre Benitez Teixeira Soares e Sergio Damasceno Vieira.

Movimento:

Convocados	75 (*)
Habilitados	41

Provas Finais

As provas vestibulares finais realizaram-se em julho, nos dias 19 (História do Brasil), 22 (História Mundial), 26 (Geografia do Brasil), 28 (Geografia Geral), 29 (Noções de Direito) e 30 (Noções de Economia).

(*) Dos 79 candidatos aprovados na primeira fase, dois desistiram antes do final da primeira fase e dois antes da segunda fase.

A banca examinadora foi assim constituída:

História do Brasil: Hamilton de Mattos Monteiro;
História Mundial: Amado Luiz Cervo;
Geografia do Brasil: Aziz Ab'Saber;
Geografia Geral: Aldo Paviani;
Noções de Direito: José Francisco Rezek;
Noções de Economia: José Ferreira Lopes.

Movimento Geral:

Convocados	41
Aprovados	35

Foi a seguinte a classificação final:

Orlando Scalfo Júnior
José Estanislau do Amaral Souza Neto
Sergio Luiz Canaes
Carlos Ricardo Martins Ceglia
Virgílio Antonio Coutinho França
Tovar da Silva Nunes
Tarcísio Lumack de Moura
Eliana da Costa e Silva Puglia
Caio Marcio Ranieri Colombo
Roberto Abdalla
Lauro Eduardo Soutello Alves
Alexandre de Azevedo Silveira
Antonio Francisco da Costa e Silva Neto
João Luiz de Medeiros
Demétrio Bueno Carvalho
Cláudio César Rodrigues do Nascimento
Francisco Carlos Soares Luz
José Gilberto Jungblut
Maria Helena Pinheiro Penna
Eliane Gama e Abreu de Andrade
Bárbara Briglia Távora
Maria Celia Sette Câmara Calero Rodrigues
Isabel Cristina Corrêa de Azevedo
Ricardo Luís Pires Ribeiro da Silva
Márcia Jabôr Canízio
Eduardo Andrade de Moraes Jardim
Afonso Celso de Sousa Marinho Nery

Wanja Campos da Nóbrega Bonfá
Sylvia Ruschel de Leoni Ramos
Jorge Geraldo Kadri
Roberto Carvalho de Azevêdo
Ricardo Guerra de Araujo
João Carlos Belloc
Pedro Paulo Hamilton
Mônica Maria Meirelles Nasser

Fizeram jus ao prêmio Lafayette de Carvalho e Silva: Orlando Scalfo Júnior (1º lugar, medalha de prata) e José Estanislau do Amaral Souza Neto (2º lugar, medalha de bronze).

CARACTERÍSTICAS DAS PROVAS — PROGRAMAS

Prova de Português: a) Redação sobre tema de ordem geral, com extensão mínima de 450 palavras (60 pontos) e b) Resumo de um texto (40 pontos), visando avaliar não só a correção gramatical e a propriedade formal da linguagem escrita (estilo, sintaxe, léxico, ortografia, acentuação e pontuação) como também sua estruturação, a relevância e adequação das idéias com respeito ao tema.

Provas de Francês e Inglês: a) Redação sobre tema de ordem geral, com extensão mínima de 300 palavras (60 pontos) e b) Versão de um texto (40 pontos).

Demais provas: a) Dissertação principal, de cerca de 100 linhas (40 pontos) e b) três Pequenas Dissertações, de cerca de 30 linhas (20 pontos cada uma).

Todas as provas escritas com duração de quatro horas e meia.

HISTÓRIA DO BRASIL

1ª *Parte*

1. *A Independência e seus Antecedentes*: A situação política européia e a transferência da Corte Portuguesa para o Brasil. A influência das idéias liberais e suas principais manifestações. O Brasil, sede da monarquia portuguesa: problemas econômicos, sociais e administrativos. A política externa. O Constitucionalismo português e a independência do Brasil.
2. *O Brasil Imperial — Política e Administração*: A Constituição de 1824. A evolução dos partidos políticos. Os movimentos políticos e suas influências sócio-econômicas.
3. *O Brasil Imperial — Economia*: A estrutura econômica. A política econômico-financeira do Império até 1844. O protecionismo alfandegário e suas conseqüências. A mão-de-obra: o braço escravo, o trabalhador assalariado.
4. *O Brasil Imperial — Sociedade e Cultura*: A população. A estrutura social. Vida cultural.

5. *O Brasil Imperial — Política Externa*: O reconhecimento da Independência. Os problemas platinos. As fronteiras. Questões com a Inglaterra.
6. *O Advento da República*: As crises do fim do Império: a questão religiosa, as questões militares, a abolição da escravatura. O Partido Republicano: suas idéias e ação. O positivismo.

2ª Parte

7. *O Brasil Republicano — Política e Administração*:

   a) *A Primeira República* (1889-1930) — O Governo Provisório. A Constituição de 1891. A Emenda Constitucional de 1926. A Revolução de 1930.

   b) *A Segunda República (a partir de* 1930) — O constitucionalismo de 1932. A Constituição de 1934. O Estado Novo e a Constituição de 1937. A redemocratização e a Constituição de 1946. A Constituição de 1967.

8. *O Brasil Republicano — Economia*:

   a) *A Primeira República* (1889-1930) — A estrutura econômico-financeira; as heranças imperiais e as modificações trazidas pela Primeira República. A crise de 1929 e suas conseqüências.

   b) *A Segunda República (a partir de* 1930) — A industrialização. Repercussões da Segunda Grande Guerra Mundial na economia brasileira. A política econômica a partir do Movimento de 1964.

9. *O Brasil Republicano — Sociedade e Cultura*: A população: a expansão demográfica, a imigração e a colonização; as migrações internas, a urbanização. A estrutura social. A legislação trabalhista.

10. *O Brasil Republicano — Política Externa*:

    a) *A Primeira República* (1889-1930) — O reconhecimento da República e os problemas diplomáticos até 1898. A obra do Barão do Rio Branco. O Brasil e o Panamericanismo. A Primeira Guerra Mundial e o Brasil na Liga das Nações.

   b) *A Segunda República (a partir de* 1930) — A Política externa do Brasil. A Segunda Guerra Mundial. O Brasil e a ONU. O Brasil e a OEA.

HISTÓRIA MUNDIAL

1ª Parte

1. Transformações do século XVIII. A crise do Antigo Regime e o Despotismo Esclarecido. A Revolução Industrial e a Revolução Francesa.
2. Da Era Napoleônica à Europa da Santa Aliança.
3. O Liberalismo e o Princípio das Nacionalidades no século XIX. As reformas na Inglaterra. A unificação da Itália e da Alemanha.
4. A expansão da Europa no século XIX. A política das Grandes Potências na China, no Japão e na África. As rivalidades coloniais até 1914.
5. A política européia do Congresso de Berlim de 1878 à Primeira Guerra Mundial. O Sistema das Alianças. Os problemas balcânicos.
6. O pensamento político, social e econômico do século XIX. O progresso científico e tecnológico.

2ª Parte

7. A Primeira Guerra Mundial e suas conseqüências políticas, sociais e econômicas. Os Princípios de Wilson, a Paz de Versalhes e a Liga das Nações.
8. A Europa entre as duas Guerras. A Crise Econômica de 1929-1932. A União Soviética. A Alemanha e o Nazismo. A Itália e o Fascismo.
9. A Segunda Guerra Mundial e suas conseqüências. As Conferências de Moscou, Teerã, Ialta e Potsdam.
10. A Reconstrução da Europa. O Plano Marshall e a política da integração econômica. A Comunidade Econômica Européia e o Bloco Soviético. A Comunidade Britânica.
11. A Ásia de 1918 a 1965. A dissolução do Império Otomano. A Liga Árabe e o Estado de Israel. A Índia, a China e o Japão.
12. A Guerra Fria e a formação de blocos. O problema de Berlim. A Guerra da Coréia. A OTAN e o Pacto de Varsóvia.
13. A emancipação das Nações Africanas.

14. O Mundo, de 1945 a 1965. Os problemas econômicos e a revolução tecnológica e científica. Os principais problemas políticos e militares na Europa, Ásia e África. A ação da **ONU.**

3º Parte

15. Os movimentos de Independência na América e a formação de novos Estados.
16. Os Estados Unidos, da Independência à Primeira Guerra Mundial. Expansão territorial. Guerra de Secessão. Desenvolvimento econômico. A Doutrina de Monroe e a América Latina. A Guerra com a Espanha.
17. A América Latina, da Independência à Primeira Guerra Mundial. Aspectos gerais da evolução política, econômica e social. Principais questões internacionais.
18. Os Estados Unidos entre as duas guerras: o isolacionismo; Roosevelt, o "New Deal" e a política da Boa Vizinhança.
19. A América Latina entre as duas guerras. Aspectos gerais da evolução política, econômica e social. Principais questões internacionais.
20. As Américas e a Segunda Guerra Mundial. A participação da América Latina. A consolidação do princípio de solidariedade continental e o fortalecimento do sistema interamericano.
21. O Pan-Americanismo. Origem e principais aspectos da sua evolução. O Tratado do Rio de Janeiro e a Organização dos Estados Americanos.
22. As Américas de 1945 a 1965. Desenvolvimento econômico e problemas sociais e políticos. A cooperação interamericana.

GEOGRAFIA DO BRASIL

1. Os domínios naturais sul-americanos e a posição geográfica do Brasil.
2. A dinâmica climática e os tipos regionais de climas no Brasil.
3. Distribuição espacial das províncias de vegetação: os quadros naturais e as formas de uso dos solos.
4. O homem e a sociedade no domínio das caatingas.
5. Modificações recentes na organização do espaço e no uso do solo no Brasil Central.

6. A Amazônia: da economia de coleta aos grandes eixos viários e à diversificação da vida econômica.
7. Tendências de urbanização e desenvolvimento da industrialização no Brasil.
8. Infra-estrutura para o desenvolvimento: espaços agrícolas, potencialidades energéticas, rede de transportes.
9. Distribuição geográfica da população, estrutura etária e estrutura profissional.
10. Tendências de crescimento, áreas de influência e diferenciação de funções das áreas metropolitanas.

GEOGRAFIA GERAL

1. Dinâmica dos elementos físico-geográficos. Os grandes ecossistemas da superfície terrestre. O comportamento humano face aos eventos naturais.
2. Impacto do crescimento econômico sobre o ambiente. Problemas de devastação da natureza pela ação humana.
3. O desenvolvimento tecnológico e o controle do meio ambiente: previsão e controle de eventos naturais, recuperação de recursos ambientais e transformação de condições naturais com emprego de tecnologia.
4. Os recursos naturais e seu papel na industrialização e no comércio internacional. A crise energética. Fontes alternativas de energia e perspectivas de reorganização espacial.
5. A localização humana na superfície da terra. Distribuição. Distribuição, mobilidade e crescimento populacional.
6. A industrialização no mundo e seu papel na organização do espaço. Concentração econômica e concentração espacial. A formação de grandes complexos industriais.
7. A localização industrial. Relacionamento com os recursos naturais e com o meio sócio-econômico.
8. Problemática espacial da urbanização no mundo atual. O processo de **metropolização.**
9. As cidades no mundo subdesenvolvido. O problema de acesso ao emprego e aos bens e serviços. O problema do subemprego. A pobreza urbana.
10. O desenvolvimento industrial e a necessidade de recursos naturais. As relações comerciais entre países industrializados e fornecedores de matérias-primas.
11. As desigualdades regionais na América Latina. O impacto da modernização sobre a organização espacial.
12. Os problemas de desenvolvimento e a organização espacial dos países do Terceiro Mundo.

NOÇÕES DE DIREITO

1. O Direito objetivo. A norma jurídica: estrutura, validade, classificação. As fontes do Direito objetivo.
2. Fatos e atos jurídicos. Elementos, classificação e vícios do ato jurídico. Relação jurídica. Negócio jurídico.
3. Personalidade e capacidade. Pessoas jurídicas de Direito público interno e de Direito privado.
4. Interpretação da norma jurídica: métodos tradicionais. Integração e aplicação do Direito.
5. Divisões do Direito: público e privado, interno e internacional. Situação do Direito Constitucional, do Direito Administrativo, do Direito Internacional Público e do Direito Internacional Privado no quadro classificatório.
6. O estado brasileiro. Personalidade jurídica e soberania. O território brasileiro em sentido estrito e suas extensões legais.
7. Nacionalidade. Condição jurídica do estrangeiro.
8. Organização nacional. O regime republicano, a forma federativa do Estado e o sistema presidencial de governo.
9. A ordem jurídica. Competência da União e dos Estados federados.
10. Os três poderes independentes e harmônicos. Formação e estrutura.
11. O sistema de controle recíproco dos três poderes. A Constitucionalidade das leis e a legalidade dos atos da administração.
12. O processo legislativo no âmbito federal. Espécies. Formas de iniciativa. Procedimento ordinário.
13. Procedimentos especiais: a emenda à Constituição e as leis complementares. O decreto-lei.
14. O regime representativo. Direitos políticos. Alistabilidade e elegibilidade.
15. O sistema eleitoral. Condição jurídica dos partidos políticos. Disciplina partidária.
16. O tratado internacional: natureza jurídica, espécies, processo de elaboração, efeitos, extinção.
17. A condição jurídica do mar e do espaço aéreo. Canais, estreitos e rios internacionais.
18. Órgãos das relações internacionais. O serviço diplomático e serviço consular: imunidades e privilégios: A responsabilidade internacional do Estado.

19. As organizações internacionais: personalidade jurídica, estrutura, competência. Espécies de organizações internacionais.
20. A solução pacífica dos litígios internacionais: meios diplomáticos e políticos. A arbitragem. A solução judiciária.

NOÇÕES DE ECONOMIA

1. Princípios Gerais de Economia.
   Agentes econômicos. Atividades econômicas. Bens e serviços. Fatores de produção. Bens de consumo e bens de produção. O processo econômico. A produção e distribuição da riqueza.
2. Princípios gerais de Demografia.
   A população: estrutura por sexo, por idade; taxas de natalidade e de mortalidade; força de trabalho; especialização do trabalho, povoamento, movimentos demográficos.
3. A economia da empresa — Noções gerais.
   A empresa como unidade de produção. Noções gerais de concorrência perfeita, monopolística e oligopolística.
4. A renda nacional — Noções gerais.
   Produto nacional bruto. Produto nacional líquido. Renda Nacional. A formação e a repartição da renda nacional.
5. Noções gerais de conjuntura econômica.
   Estática e dinâmica econômica. Estrutura e conjuntura econômica. Ciclo econômico. Teorias do crescimento da renda.
6. Princípios de economia monetária.
   Noções de valor, de preço e de mercado. Oferta e procura. Moeda e crédito. A taxa de juros. Noções gerais sobre inflação e deflação.
7. Noções gerais de comércio internacional.
   Balanço de comércio e de pagamentos. Taxa de câmbio. Taxas aduaneiras e controle do intercâmbio. Relação de trocas. Princípios da teoria do comércio internacional.
8. Noções gerais de finanças.
   Finanças públicas e privadas. Tributação. Orçamento público. Títulos públicos. Dívida pública.
9. Principais escolas econômicas.
   Linhas gerais das principais escolas: Mercantilista. Fisiocrática. Clássica. Neoclássica. Keynesiana, etc.

PROVAS DO EXAME VESTIBULAR 1982

PORTUGUÊS

A — *Redação*

Brasil, país agrícola?

B — *Resumo*

Resumir o trecho abaixo, que foi transcrito da conferência pronunciada pelo Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores, em 14 de agosto de 1981, por ocasião do encerramento do IV Seminário sobre Política Exterior do Brasil, organizado pela Faculdade de Direito da Universidade de Minas Gerais:

"...Nesta oportunidade, desejaria examinar uma questão que julgo básica para a execução da política externa do Brasil e dos demais países em desenvolvimento: a capacidade de cada nação assumir seu papel histórico, à vista da interação do poder.

Freqüentemente, noto que, nesta época em que predomina a equação estratégica nuclear, se confunde a posse do poder com a possibilidade de um país conduzir o seu próprio destino, no plano internacional.

Como preliminar, desejaria situar conceitualmente essa questão. Na verdade, quando se fala em implementação da política externa, tem-se em mente a *realidade externa* e a *realidade nacional.* Sobre esta, cabem algumas rápidas palavras neste momento.

O trabalho diplomático se orienta por princípios claros, que recolhem, sem hesitação, as linhas mestras do interesse nacional. Chegamos hoje, no Brasil, a alto nível de consenso quanto às bases nacionais de nossa diplomacia. Refiro-me não só aos princípios enquanto *ética de comportamento* — nossa adesão aos postulados da não-intervenção, da solução pacífica de controvérsias, de respeito à autodeterminação, etc. —, senão também aos princípios como *caminho prático* claramente indicado pela experiência histórica. Penso que o Presidente João Figueiredo soube interpretar o espírito da nacionalidade quando decidiu nortear a política externa

de seu Governo pelos vetores do universalismo, da boa convivência e da dignidade nacional.

O projeto diplomático brasileiro se sustenta, assim, na rigorosa projeção de nossos valores. Os diversos componentes que integraram a nacionalidade — a inserção latino-americana e ocidental, a condição de país do Terceiro Mundo — estão amalgamados nos três vetores básicos de nossa atuação diplomática.

Não buscamos, na realidade nacional, apenas a diretriz dos valores permanentes. Buscamos, também, o cambiante, o dinâmico, os elementos de transformação. A própria eficácia diplomática estará condicionada pela agilidade com que se reconheçam, na dinâmica social e política do Brasil, os elementos e fatores que exijam o trabalho externo. A diplomacia se nutre nas indicações da opinião pública, nas reivindicações empresariais, no debate universitário, nas manifestações dos órgãos de comunicação de massa, em cada momento de expressão da sociedade civil. Através do diálogo cotidiano, aberto e franco, a diplomacia busca o conteúdo da projeção externa do Brasil. Procura retirar, do cambiante, o que tem valor permanente e identificar a medida em que as transformações podem refletir-se em um quadro coerente..."

FRANCÊS

A — *Rédaction*

Après avoir lu attentivement le texte ci-dessous, vous en dégagerez les idées principales, que vous exposerez sommairement. Dans une seconde partie, vous les discuterez et vous donnerez votre opinion personnelle en la justifiant:

Ce siècle de guerres épouvantables a été aussi un siècle de découvertes scientifiques et techniques extraordinaires. La médecine, depuis trente ans, a plus progressé que pendant des siècles et des siècles auparavant. Je me souviens de ce qu'était une appendicite quand, dans mon enfance, mon frère a été opéré. C'était vraiment presque encore le XVIIe siècle. Bon. Il faut accepter une fois pour toutes que tout ce que l'humanité conquiert est toujours payé, qu'il n'y a pas de progrès qui ne comporte un négatif. Depuis ces quelques milliers d'années que se fait l'histoire des sociétés complexes, il y a eu toujours cet entremêlement de l'héroïsme et de l'absurdité, des saints et des monstres, des progrès intellectuels incomparables et des passions aveugles persistantes.

(Raymond Aron, Le Spectateur Engagé)

B — *Thème*

Traduire en français le texte suivant:

O homem levou milênios para passar do relógio solar ao relógio de água, e centenas de anos para atingir um relógio mecânico confiável. Agora, com o auxílio da eletrônica, o relógio transforma-se em objeto amplamente popular, ao alcance de todos.

Quando e onde surgiu o primeiro relógio? Embora os relatos históricos dos diversos povos que habitaram ou ainda habitam a Terra sempre contenham referências a alguma forma de medição de tempo, é realmente impossível determinar uma data para a invenção do primeiro instrumento medidor de tempo, ou o lugar de sua primeira utilização. É incontestável, entretanto, que todos os povos, ao atingirem certo estágio evolutivo, sentiram a necessidade de definir partes do dia de forma mais precisa que as duas indicadas pela presença ou ausência da luz solar.

No início terá bastado apenas a posição da sombra de um penhasco ou de uma árvore secular, substituídos mais tarde por uma vara ou uma pedra longa fincadas no chão. Depois, com o crescimento das atividades humanas, o relógio solar passou a não bastar, surgindo o relógio de fogo, que permitia medir o tempo durante a noite, e nasceria também o relógio de água, para garantir, mesmo nos dias nublados, a precisão de medida.

Mas são suposições. A referência clara mais antiga sobre um instrumento medidor de tempo parece ser uma inscrição funerária egípcia de 1500 a.C., embora haja indícios de que os chineses já conheciam esse tipo de relógio durante o reinado do imperador Hoang-li, por volta de 2670 a.C.

(Adaptado de Visão, 18.1.82)

INGLÊS

A — *Composition*

The rôle of Brazil in the North-South dialogue.

B — *Translation*

Translate the following text into English:

ONU oficializa língua portuguesa

Pela primeira vez em sua história, a ONU terá um documento oficial em Português. Para que isso aconteça, continuam reuni-

dos no Rio representantes dos sete países filiados à entidade internacional que falam a língua portuguesa: eles estão traduzindo do Inglês o projeto de Convenção sobre Direito do Mar. Mas a tarefa não é fácil, pois, muitas vezes, uma mesma palavra ou frase em Português tem significado diferente em alguns dos países que adotam a língua (Portugal, Brasil, Angola, Moçambique, Cabo Verde, Guiné-Bissau e São Tomé).

Por esse motivo, os representantes destes países trouxeram para o Rio dicionários com as palavras e seus significados em cada uma das nações que falam o Português. Como disse um diplomata brasileiro, o trabalho é dos mais lentos e cuidadosos, a fim de que o documento tenha exatamente o mesmo sentido nos sete países, sobretudo porque o Português falado na África já adotou muitas palavras de dialetos africanos e ainda usa, como em Portugal, palavras que caíram em desuso no Brasil.

Aqui, no entanto, há palavras adotadas do Inglês e do Francês que nada têm a ver com o Português de Guiné-Bissau ou de Cabo Verde. Outras palavras usadas no Brasil têm origem africana, aspecto que torna a tradução um problema bastante intrincado.

Para coordenar a tradução desse primeiro documento na nova língua das Nações Unidas foi escolhido um brasileiro.

(O Estado de S. Paulo — 14.01.82)

HISTÓRIA DO BRASIL

A — *Dissertação*

A "política dos governadores" e as relações de poder na Primeira República.

B — *Pequenas Dissertações*

1. A questão do Acre e o direito de "uti-possidetis".
2. O desenvolvimento econômico brasileiro, após 1964, e o incentivo às exportações.
3. O Positivismo: características gerais e importância política.

HISTÓRIA GERAL

A — *Dissertação*

A América Espanhola e a economia internacional, da Independência aos meados do Século XIX.

B — *Pequenas Dissertações*

1. A III Reunião de Consulta do Rio de Janeiro, de 1942. (*)
2. A conquista italiana da Etiópia (1935) e suas repercussões sobre as relações intereuropéias.
3. A independência da Índia.

(*) O nome oficial da conferência a que se refere a questão B1 é o seguinte: "III Reunião de Consulta entre os Ministros de Relações Exteriores das Repúblicas Americanas, de conformidade com os Acordos de Buenos Aires e de Lima".

GEOGRAFIA DO BRASIL

A — *Dissertação*

Amazônia brasileira: da economia de coleta ao Projeto Grande Carajás (1950-1982).

B — *Pequenas Dissertações*

1. O Rio Grande do Sul: regiões naturais e diferenciação espacial da economia.
2. Corredores de exportação e sua importância para a economia brasileira.
3. Redes urbanas vinculadas às regiões metropolitanas do Rio de Janeiro e São Paulo.

GEOGRAFIA GERAL

A — *Dissertação*

Inovação tecnológica e dependência econômica: o caso da América Latina.

B — *Pequenas Dissertações*

1. Que critérios podem ser utilizados para classificar, no mesmo grupo, os países subdesenvolvidos?
2. O petróleo tem sido o principal componente das crises no Oriente Médio? Explique e justifique sua resposta.
3. Que relação existe entre as formas de relevo e a agricultura dos Países Andinos?

NOÇÕES DE DIREITO

A — *Dissertação*

A condição jurídica dos estrangeiros no Brasil.
ou
A situação do direito internacional privado no quadro geral do direito.

B — *Pequenas Dissertações*

1. Quais as condições do exercício, pelo Estado, da *proteção diplomática?*
2. Quais os chamados *meios políticos* de solução pacífica dos litígios internacionais?
3. Pode um tratado bilateral criar obrigações para terceiro Estado? Justifique a resposta.

NOÇÕES DE ECONOMIA

A — *Dissertação*

A divisão do trabalho, que constitui uma das molas mestras do desenvolvimento, pressupõe um sistema de trocas ágil e bem estruturado, fundamentado na ampla utilização de instrumentos monetários. Quais são esses instrumentos monetários e suas funções?

B — *Pequenas Dissertações*

1. Comente: "O elemento dominante de todo o problema econômico, reduzido a sua expressão mais simples, é a escassez de recursos, face às ilimitadas necessidades sociais que devem ser atendidas". (Corvejo-Iturrioz)
2. O que é mercantilismo e quais são suas características básicas?
3. Qual o papel estratégico do capital no quadro geral da promoção do desenvolvimento econômico?

CURSO DE PREPARAÇÃO À CARREIRA DE DIPLOMATA (CPCD)

1º ANO

Ano letivo

Primeiro período: 4 de março a 4 de julho.
Segundo período: 2 de agosto a 10 de dezembro.

Corpo docente

Português (Expressão e Redação Profissional): Augusto Estellita Lins e Stella Maris Bortoni Ricardo
Francês: (a cargo da Associação de Cultura Franco-Brasileira)
Português para Estrangeiros: Dad Abi Chahine Squarisi
Inglês: Sara Burkitt Walker (coordenação)
Alemão: (a cargo do Instituto Cultural Brasil-Alemanha)
Espanhol: Kori Carrasco Dorado
Russo: Roberto Wanderley de Souza Ferreira
Ciência Política: José Carlos Brandi Aleixo
Direito Constitucional: Iduna Evangelina Weinert
Direito Internacional Público I: José Francisco Rezek
Economia: José Ferreira-Lopes
Estudos Brasileiros — Geografia: Ignez Costa Barbosa Ferreira
Estudos Brasileiros — História: Hamilton de Mattos Monteiro

Corpo discente (por ordem de classificação final)

Rodrigo do Amaral Souza
Paulo Mendes de Carvalho
Santiago Irazabal Mourão
Carlos Alberto Michaelsen den Hartog
José Mario Ferreira Filho
Laudemar Gonçalves de Aguiar Neto
Carlos Sérgio Sobral Duarte
Sérgio Schiller Thompson-Flôres

David Silveira da Mota Neto
Bruno Luiz dos Santos Cobuccio
Regina Célia Oliveira Bittencourt
Aldemo Serafim Garcia Júnior
Milton Rondó Filho
Alfredo José Cavalcanti Jordão de Camargo
Vera Cíntia Álvarez
José Luiz Vieira
Nei Futuro Bitencourt
André Nabarrete Neto
Marcia Maria Coutinho Adorno
Silvio Rhomedes Bandeira Assumpção
Fernando de Mello Vidal
Sérgio Barreiros de Santana Azevedo
João André Pinto Dias Lima
Carlos Henrique Moojen de Abreu e Silva
André Aranha Corrêa do Lago
Lys Amayo de Benedek Lopes
Norton de Andrade Mello Rapesta
Santiago Luis Bento Fernández Alcázar
Leonardo Carvalho Monteiro
João Pedro Corrêa da Costa
Marcos Leal Raposo Lopes
Pedro Paulo d'Escragnolle Taunay
Nelson Antonio Tabajara de Oliveira
Silvio Menezes Garcia
Elizabeth Sophie Mazella di Bosco Balsa
Clemente de Lima Baena Soares
Silas Leite da Silva

Bolsistas estrangeiros

Jorge Maria Custódio dos Santos (Cabo Verde)
Antonio Rodrigue (Haiti)
Maria de Lourdes Monteiro Pimentel (Guiné-Bissau)
Maria de Fátima de Andrade Sanhá (Guiné-Bissau)
Pierre M'Bongo (Gabão)

2º ANO

Ano letivo

Primeiro período: 8 de março a 20 de julho.
Segundo período: 2 de agosto a 10 de dezembro.

Corpo docente

Português (Expressão Oral e Escrita): Jayme Villa-Lobos e José Viegas
Francês: (a cargo da Associação de Cultura Franco-Brasileira)
Português para Estrangeiros: Dad Abi Chahine Squarisi
Inglês: Sara Burkitt Walker (coordenação)
Alemão: (a cargo do Instituto Cultural Brasil-Alemanha)
Espanhol: Kori Carrasco Dorado
Russo: Roberto Wanderley de Souza Ferreira
Economia: Ricardo Luis Santiago
Direito Internacional Público: Antonio Augusto Cançado Trindade
Direito Internacional Privado: Anna Maria Villela
História das Relações Diplomáticas do Brasil: Rubens Ricúpero, Marcos Abbott Galvão e Sergio Danese
Relações Internacionais: Gelson Fonseca Júnior

Corpo discente (por ordem de classificação)

Silvana Polich
José Carlos da Fonseca Júnior
Ánuar Nahes
Edgard Antonio Casciano
Antonio José Ferreira Simões
Susan Kleebank
João Carlos Parkinson de Castro
Vilmar Rogeiro Coutinho
Cecília de Meira Penna
Maria de Lujan Caputo
Maria Nazareth Farani de Azevedo
Mariangela Rebuá de Andrade
Virginia Bernardes de Souza
João Luiz de Barros Pereira Pinto
Zenik Krawctschuk
Fernando José Marroni de Abreu
Igor Kipman
Roberto Colin
José Luiz Machado e Costa
Júlio Victor do Espírito Santo
Reinaldo Storani
Cláudio José de Campos
Maria Clara Duclos Carisio
Luís Antonio Borda de Carvalho Silos

Rudá Gonzales Seferin
Lineu Pupo de Paula
Aparecida Carmen Tescarolo
Jorge José Frantz Ramos
Regina Maria Cordeiro
Luís Ivaldo Villafañe Gomes Santos
Eliana Zugaib
Nilo Barroso Neto
César de Paiva Leite Filho
Andréia Cristina Nogueira Rigueira
Julio Boaventura Santos Matos

Bolsistas estrangeiros

Maria del Carmen Gonzáles Cabal (Equador)
José Armando Filomeno Ferreira Duarte (Cabo Verde)
Carmen Silvana Sandóval Landívar (Bolívia)

Classificação final da turma de 1981-82 (*)

José Carlos da Fonseca Júnior
Ánuar Nahes
Edgard Antonio Casciano
Antonio José Ferreira Simões
Fernando José Marroni de Abreu
Silvana Polich
Susan Kleebank
Virginia Bernardes de Souza
Vilmar Rogeiro Coutinho
Cecília de Meira Penna
Zenik Krawctschuk
Maria Nazareth Farani de Azevedo
Reinaldo Storani
João Carlos Parkinson de Castro
Rudá Gonzáles Seferin
Lineu Pupo de Paula
Mariangela Rebuá de Andrade
Cláudio José de Campos
Igor Kipman
Regina Maria Cordeiro
Maria Clara Duclos Carisio
Roberto Colin

(*) Nomeados Terceiros Secretários em 16 de dezembro.

Júlio Victor do Espírito Santo
Luiz Antonio Borda de Carvalho Silos
Aparecida Carmen Tescarolo
João Luiz de Barros Pereira Pinto
José Luiz Machado e Costa
Eliana Zugaib
Maria de Lujan Caputo
Andréia Cristina Nogueira Rigueira
Luís Ivaldo Villafañe Gomes Santos
César Paiva Leite Filho
Jorge José Frantz Ramos
Nilo Barroso Neto
Júlio Boaventura Santos Matos

Bolsistas estrangeiros (*)

Maria del Carmen Gonzáles Cabal (Equador)
Carmen Silvana Sandóval Landívar (Bolívia)
José Armando Filomeno Ferreira Duarte (Cabo Verde)

Prêmios

José Carlos da Fonseca Júnior fez jus à medalha de vermeil do Prêmio Rio-Branco e ao Prêmio de Viagem, por sua primeira colocação no CPCD, e à medalha de prata do Prêmio Lafayette de Carvalho e Silva, por sua primeira colocação no Vestibular de 1980.

Ánuar Nahes fez jus à medalha de prata do Prêmio Rio-Branco e ao Prêmio de Viagem, por sua segunda colocação no CPCD, e à medalha de bronze do Prêmio Lafayette de Carvalho e Silva por sua segunda colocação no Vestibular de 1980.

O Prêmio de Viagem coube ainda a Edgard Antonio Casciano, terceiro colocado no CPCD.

O Prêmio Itamaraty coube a Maria del Carmen Gonzáles Cabal, primeiro lugar entre os bolsistas estrangeiros.

ATIVIDADES EXTRACURRICULARES

Viagens de Estudo — 1º ano

Em maio, os alunos do 1º ano realizaram visita ao Palácio Itamaraty do Rio de Janeiro, onde lhes foram apresentadas as seções de interesse histórico para a diplomacia brasileira, como a Biblio-

(*) Receberam seus diplomas das mãos do Ministro de Estado, em 15 de dezembro, na presença dos representantes de seus países.

teca, o Arquivo Histórico, a Mapoteca, o Museu Diplomático e Exposição de Documentos Históricos, e ainda a Comissão de Fronteiras. Em setembro, estiveram em visita à Base Aérea de Anápolis e ao CINDACTA.

Viagens de Estudo — 2º ano

A fim de aprimorarem e complementarem os conhecimentos teóricos adquiridos no ano anterior, na cadeira de Estudos Brasileiros, os alunos do 2º ano cumpriram um programa de viagens a várias regiões brasileiras, proporcionando-lhes, assim, um contato mais direto com a realidade local e possibilitando uma melhor compreensão das questões típicas de cada região.

Viagem ao Sudeste

De 17 a 29 de maio, os alunos do 2º ano viajaram ao Sudeste do Brasil. No Estado de Minas Gerais, estiveram em Cordisburgo, em visita à casa de Guimarães Rosa e à gruta de Maquiné; em Betim, em visita à fábrica da FIAT; em Ouro Preto, em visita de caráter cultural, organizada pelo Professor Rui Mourão, Diretor do Museu dos Inconfidentes de Ouro Preto; e em Belo Horizonte, em visita ao Governador do Estado, ocasião em que lhes foi proferida palestra sobre a participação mineira nas exportações brasileiras.

Em Vitória, visitaram as instalações da Siderúrgica e do Porto de Tubarão e a usina de peletização de minério de Ubu, tendo sido recebidos pelo Governador do Espírito Santo.

No Estado do Rio de Janeiro, os alunos visitaram o Escritório Regional do Itamaraty (ERERIO), a base de submarinos de Niterói, a usina nuclear de Angra dos Reis e os estaleiros da Verolme.

Em São José dos Campos, Estado de São Paulo, estiveram no Centro Tecnológico da Aeronáutica (CTA), na Empresa Brasileira de Aeronáutica (EMBRAER) e na ENGESA. Na capital, cumpriram programa cultural, que incluiu idas à Universidade de São Paulo (USP) e ao Museu de Arte de São Paulo (MASP).

A última etapa da viagem constou de visitas às instalações da Hidrelétrica de Itaipu, às cataratas do Iguaçu e à cidade de Puerto Presidente Strossner.

Viagem ao Norte

De 2 a 19 de agosto, os alunos do 2º ano realizaram visita de estudos ao Norte do Brasil, precedida de uma série de palestras sobre a região, com o seguinte temário: "A Amazônia — Aspectos Geomorfológicos", pelo Professor Aziz Ab'Saber, do IRBr, e da USP;

"O Pacto Amazônico e a Interligação Atlântico-Pacífico", pelo Conselheiro Osmar Chohfi, Chefe da Divisão da América Meridional I; "A Ação da Funai na Amazônia", pelo Dr. José Ubirajara Pereira Caubilho, Diretor do Departamento Geral do Patrimônio Indígena da Funai; "Amazônia — a Questão Fundiária", pelo Dr. Odair Zanatta, Diretor do Departamento de Recursos Fundiários do INCRA; e "Produtos de Base na Região Norte", pelo Ministro Carlos Luiz Coutinho Pérez, Chefe da Divisão de Produtos de Base do Itamaraty. Ainda nesta fase preparatória, os alunos empreenderam uma coleta de livros e documentos sobre a região para leitura e análise e posterior redação de relatórios.

Em Cuiabá, primeira escala da viagem, visitaram a Universidade Federal do Mato Grosso, o Frigorífico Sadia Oeste S. A., a Casa do Artesão, o Centro Político-Administrativo e a Estação Rastreadora de Satélites, tendo sido recebidos pelo Governador do Estado, no Palácio Paiaguas, sede do Governo do Estado, onde o Professor Osvaldo de Oliveira Fortes, Secretário de Planejamento estadual, proferiu palestra sobre a economia mato-grossense.

Em Rondônia, foram recebidos em audiência pelo Governador do Estado e ouviram palestra sobre a problemática sócio-econômica local.

Em Manaus, cumpriram extenso programa de três dias de visitas de estudo ou culturais a vários órgãos públicos e empresas privadas, de interesse especial para a compreensão da região: Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA), fábricas no Distrito Industrial da cidade, Instituto de Pesquisas da Amazônia (INPA), Estação Naval do Rio Negro, Centro de Instrução de Guerra na Selva, Teatro Amazonas e Museu do Índio. Foram ainda recebidos pelo Governador do Estado, quando foi-lhes proferida palestra sobre o Amazonas.

De Manaus, partiram, em navio de guerra da Marinha, com destino final a Belém, fazendo escalas em vários lugares de interesse para o estudo da região, como Itacoatiara, Porto Trombetas, o Projeto Jari e Macapá, onde visitaram as instalações da ICOMI e foram recebidos pelo Governador do Território, que lhes proferiu palestra sobre o Amapá.

Em Belém os alunos cumpriram programa turístico, que compreendeu visitas ao Museu Goeldi, Basílica de Nazaré, Mercado de Ver-o-Peso, Catedral, e programa de estudos regionais, com visitas à Sede da Primeira Comissão Brasileira Demarcadora de Limites, às instalações do CIABA, e conferência na Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), além de palestra e audiência com o Governador do Estado do Pará.

De Belém partiram para Tucuruí, onde visitaram o canteiro de obras da futura hidrelétrica, tendo seguido para São Luís, em visita ao cais de Itaqui e a Alcântara, e foram recebidos pelo Governador do Maranhão.

Viagem ao Nordeste

De 20 a 29 de novembro, os alunos do 2º ano fizeram viagem a Salvador e Recife. Na capital baiana, cumpriram programa turístico-cultural e de visitas ao pólo industrial de Aratu, ao Centro Administrativo do Estado da Bahia e à refinaria de Mataripe.

Em Recife, estiveram em visita ao Governador do Estado, à Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), à Usina Petribu de álcool e açúcar, à Superintendência de Agricultura de Pernambuco (SUAPE), ao engenho de Massangana e à Fundação Joaquim Nabuco de Ciências Sociais. O roteiro turístico e cultural ainda incluiu visitas a Olinda, à Casa da Cultura, ao Museu do Homem, onde mantiveram encontro com Gilberto Freyre, ao atelier de Brennand, a Itamaracá e Igarassu.

Curso especial sobre extradição e asilo

Ainda no âmbito das atividades extracurriculares, o Instituto ofereceu um curso de extensão para os alunos do último semestre sobre *Extradição e Direito de Asilo,* ministrado pela Professora Dra. Gilda Russomano, de setembro a novembro, com o seguinte programa:

1. Extradição: conceito, noções gerais, natureza, importância e fontes.
2. Evolução histórica da extradição no Brasil.
3. Princípios que regem a extradição.
4. Pessoas passíveis de serem extraditadas.
5. Delitos excludentes da extradição.
6. Asilo territorial e asilo diplomático. O asilo no plano internacional e no direito brasileiro.
7. O direito de asilo e suas relações com o instituto extradicional.
8. O processo extradicional no direito brasileiro em vigor.

O Professor Haroldo Valadão proferiu a aula inaugural do curso, sobre o tema "Asilo e Extradição".

FORMANDOS DE 1982

Andréia Cristina Nogueira Rigueira
Direito, 4º semestre, CEUB, DF.

Antonio José Ferreira Simões
Direito, penúltimo semestre, UnB; Certificado de conclusão do 6º ano da Aliança Francesa; Certificado de Conclusão do último nível do IBEU; Certificate of Proficiency in English, Michigan.

Anuar Nahes
Letras, USP; Pedagogia, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Professor Carlos Pasquale.

Aparecida Carmem Tescarolo
Comunicação Social, Fundação Armando Alvares Penteado, SP.

Cecília de Meira Penna
Sociologia-Antropologia, Carleton College, EUA.

César de Paiva Leite Filho
Física, 4º semestre, USP.

Cláudio José de Campos
Direito, Faculdade de Direito de Bauru, SP.

Edgard Antonio Casciano
Direito, USP. Diplôme supérieur de langue et littérature française (3ème degré), Université de Nancy II; Curso Superior de Direito Internacional e de Economia Internacional, Genebra.

Eliana Zugaib
Filosofia, PUC/SP; Cours de Civilisation Française, Université de la Sorbonne, Paris; Dynamic of Speaking/Interpersonal Communication, University of San Francisco, EUA.

Fernando José Marroni de Abreu
Engenharia Química, UFRGS; Curso de Engenharia de Proces-

samento Petroquímico, Petrobrás; Certificate of Proficiency in English, Michigan; Certificate of Proficiency in English, Illinois; CEPAL, Alliance Française; Marketing, UFRGS.

Igor Kipman
Engenharia Agronômica, Universidade Federal do Paraná; Lower Certificate in English, Cambridge; Certificate of Proficiency in English, Michigan.

João Carlos Parkinson de Castro
Economia, 6º semestre, PUC/RJ; First Certificate in English, Cambridge.

João Luiz de Barros Pereira Pinto
Engenharia Mecânica, 3º ano, PUC/RJ.

Jorge José Frantz Ramos
Direito, 7º semestre, UnB; Royal Society of Arts Examinations Board Certificate I, II, III; First Certificate in English, Cambridge; Certificat d'Études du 5ème degré, Alliance Française du Brésil.

José Carlos da Fonseca Júnior
Direito, 7º semestre, UnB; Certificate of Proficiency in English, Michigan; Curso de extensão em Ciência Política, UnB.

José Luiz Machado e Costa
Engenharia Mecânica, 6º semestre, UFRGS; First Certificate in English, Cambridge; Certificate of Proficiency in English, Michigan; Certificat d'Études de la Langue Française, 3ème degré, Alliance Française; Curso de extensão universitária Técnica e História do Cinema, UFRGS.

Julio Boaventura Santos Matos
Letras, Português-Francês, 5º semestre, UFRJ; Curso Básico de Alemão, ICBA; Inglês, IBEU; Curso de extensão universitária sobre o Tribunal do Júri, SUAM.

Júlio Victor do Espírito Santo
Direito, Universidade do Rio de Janeiro; Mestrado em Direito e Desenvolvimento, PUC/RJ.

Lineu Pupo de Paula
Direito, PUC/SP; Certificado de Estudos Práticos da Língua Francesa, Aliança Francesa.

Luis Antonio Borda de Carvalho Silos
Economia, Dartmouth College, USA.

Luís Ivaldo Villafañe Gomes Santos
Engenharia Mecânica, 4º período, PUC/RJ; Inglês, IBEU; Certificate of Proficiency in English, Michigan.

Maria Clara Duclos Carisio
Economia, UFRJ; Curso de Política Comercial do GATT, Nações Unidas.

Maria de Lujan Caputo
Direito, UFF. Curso de extensão em Direito Comercial, UFF; Diplôme Supérieur de langue et littérature française (3ème degré) de l'Université de Nancy II; Curso de Inglês, Instituto Cultural Brasileiro Norte-Americano.

Maria Nazareth Farani de Azevêdo
Direito, 4º semestre, CEUB, DF; Certificate of Proficiency in English, Michigan; TTC, Casa Thomas Jefferson; Tradutor-Intérprete, nível técnico, Escola Americana de Brasília.

Mariangela Rebuá de Andrade
Economia, UFRJ; Certificat de l'Alliance Française, 5ème degré; Inglês, Curso Oxford; Curso de Mercado de Capitais, Bolsa de Valores do Rio de Janeiro.

Nilo Barroso Neto
Ciências Econômicas, 5º semestre, Associação de Ensino Unificado do Distrito Federal.

Regina Maria Cordeiro
Letras, Português-Inglês, Associação Educacional Veiga de Almeida, RJ; Master of Arts, Linguistics, University of Reading, Inglaterra; Certificate in the Teaching of English as a Second or Foreign Language, The Royal Society of Arts Examinations Board, Inglaterra; Diploma in the Teaching of English Overseas, University of Leeds, Inglaterra; Curso Especial de Didática da Língua Inglesa, Universidade do Estado da Guanabara; Certificate of Proficiency in English, Cambridge.

Reinaldo Storani
Direito, USP.

Roberto Colin
Administração, Instituto de Ciências Sociais do Paraná; Filosofia, 5º semestre, Universidade Federal do Paraná; Curso Médio

de Alemão; Curso Superior de Inglês, CCBEU; Pós-graduação em Inglês, CCBEU; Diploma de Professor de Inglês, CCBEU; Proficiência em Inglês, Michigan; Curso de Francês da Aliança Francesa da Universidade de Nancy (I).

Rudá Gonzales Seferin
Letras, Português-Espanhol, PUC/RS; Curso de Língua e Literatura Espanhola, Instituto de Cultura Hispânica de Madri; Curso de Filosofia Espanhola, Conselho Superior de Investigações Científicas; Mestrado em Literaturas de Língua Portuguesa (incompleto), UFRGS.

Silvana Polich
Direito, USP; Comunicação Social, USP.

Susan Kleebank
História, 5º semestre, UFRGS; Direito, 5º semestre, UFRGS; Certificado de Conclusão do Curso de Inglês Avançado no Instituto Cultural Brasileiro Norte-Americano.

Vilmar Rogeiro Coutinho Júnior
Economia, 5º período, UFRJ.

Virginia Bernardes de Souza
Letras, Português-Inglês, UnB; Certificat d'Études Pratiques de Français, Certificat d'Études Françaises, Université de Genève; Certificat d'Aptitudes Linguistiques e Proficiency Certificate, de francês e inglês, ONU, Genebra.

Zenik Krawctschuk
Filosofia, Faculdades Associadas do Ipiranga; Mestrado em Filosofia, Pontifícia Universidade Gregoriana, Roma.

PROGRAMAS

1º ANO

FRANCÊS E INGLÊS

Os objetivos do ensino de Francês e Inglês são:

1. Consolidar os conhecimentos fundamentais, mais especialmente no que se refere às estruturas gramaticais, sintaxe e vocabulário fundamental, mediante:
   — exercícios estruturais, orais e escritos;
   — dissertações, traduções e versões.
2. Desenvolver a compreensão auditiva e a expressão oral, com debates, discursos e trabalhos de conversação e composição oral.
3. Consolidar a noção de registro na língua oral e escrita, já com vistas ao domínio da linguagem diplomática.
4. Iniciar os estudantes no uso especializado da linguagem diplomática, mediante redação de cartas e discursos, ou debates e exercícios de simulação ligados à área profissional de diplomacia.

ALEMÃO, ESPANHOL, RUSSO

O ensino das línguas estrangeiras complementares tem o objetivo didático mais modesto de dar ao aluno:

1. o conhecimento básico estrutural, passivo, do que poderá servir como base para posterior desenvolvimento;
2. a capacidade de usar a língua minimamente, de forma passiva (reconhecimento do léxico essencial, leitura simples, entendimento de frases habituais, troca oral de informações práticas e, na medida do possível, uso das mesmas em condições profissionais).

Na medida do possível, o ensino será feito mediante o tratamento de uma série de unidades de interesse, desenvolvidas de forma gradual e integrada, de modo a permitir o aprendizado dos principais fatos da língua (vocabulário, gramática, estruturas básicas, etc.), com vistas à futura utilização da mesma em condições profissionais.

(Os alunos estrangeiros seguem curso especial de língua portuguesa. Os de expressão portuguesa, isentos dessa atividade, podem seguir uma das línguas complementares, após consulta com a Coordenação de Ensino.)

DIREITO CONSTITUCIONAL

Unidade I: Conceitos fundamentais da Teoria Geral do Direito

1. A fenomenologia jurídica. O Direito como fato, norma e valor: tridimensionalidade. Direito objetivo e direito subjetivo.
2. A norma jurídica: diferenciação, nomogênese, estrutura e classificação. O ordenamento jurídico: constituição; o princípio da plenitude ontológica. As fontes do Direito.
3. A relação jurídica: abstrata ou substantiva; concreta ou processual (adjetiva); a subsunção do fato à norma.
4. A interpretação e a aplicação do Direito: métodos; os limites do ordenamento jurídico.
5. As divisões do Direito: o Direito Público e o Direito Privado: a diversidade de suas normas.

Unidade II: Conceitos fundamentais da Teoria Geral do Direito Público

1. A TGDPu como parte da Teoria Geral do Estado. O conceito de Estado. Formas de Governo e Estado.
2. O objeto da TGDPu. As divisões do Direito Público. Direito Público comparado e Direito Internacional Público: distinção.
3. Direito Constitucional. Constituição. Sistemas Constitucionais. Poder constituinte e poder de reforma. Garantias da supremacia da Constituição: o controle da constitucionalidade.
4. Os demais ramos do Direito Público: seus caracteres e princípios gerais:
   4.1 — O Direito Administrativo e suas ramificações: o Direito Tributário e o Direito Financeiro;

   4.2 — O Direito Penal;
   4.3 — O Direito Processual: Civil, Penal e do Trabalho.

Unidade III: Conceitos fundamentais da Teoria Geral do Direito Privado

1. Personalidade e capacidade; pessoas físicas e jurídicas: classificação.
2. Dos bens e das coisas: diferentes classificações.
3. Fatos e atos jurídicos; negócios jurídicos; atos ilícitos. Dos vícios ou defeitos dos atos jurídicos: erro, dolo, fraude, coação, simulação, fraude contra credores.
4. Da prescrição, decadência, caducidade, preclusão e perempção.

Unidade IV: O sistema constitucional brasileiro — a Constituição do Brasil de 24.1.67 e as emendas constitucionais

1. Introdução — O Constitucionalismo e as Cartas Políticas brasileiras.
2. A parte orgânica da Constituição:
   2.1 — A Federação brasileira e a distribuição de poderes entre a União, os Estados e os Municípios. A intervenção federal.
   2.2 — O sistema tributário. A distribuição do produto da arrecadação dos tributos. Os princípios constitucionais sobre matéria tributária.
   2.3 — O Poder Legislativo e a elaboração da lei. A hierarquia das leis. As imunidades parlamentares.
   2.4 — O orçamento. A fiscalização financeira e orçamentária. O Tribunal de Contas e sua função.
   2.5 — O Poder Executivo e a Administração Federal. A segurança nacional. As Forças Armadas.
   2.6 — Os funcionários públicos e o seu regime constitucional. O contencioso administrativo.
   2.7 — O Poder Judiciário e a função jurisdicional. Os órgãos do Poder Judiciário, sua composição e atribuições. O controle da constitucionalidade das leis e atos normativos do Poder Público.
3. A parte dogmática da Constituição:
   3.1 — A Declaração de Direitos. Nacionalidade e cidadania. Os direitos políticos. Os partidos políticos. As medidas de emergência. O estado de sítio e o estado de emergência.

3.2 — O Art. 153: análise dos principais direitos e garantias constitucionais. O Art. 154.

4. A ordem econômica e social. A intervenção do Estado no domínio econômico. O Estado liberal e o Estado social.
5. A família, a educação e a cultura.
6. As Disposições Gerais e Transitórias.

Unidade V: *Conclusões: o Direito Constitucional brasileiro no contexto do Direito Constitucional contemporâneo. O Estado de Direito e o pluralismo ideológico.*

ECONOMIA

1. A evolução da Economia Política como ciência, as escolas do pensamento econômico.
2. A moeda.
3. A formação dos preços.
4. Os sistemas socialistas de Estado e a dinâmica da planificação global.
5. Os sistemas de tradição liberal e a dinâmica da livre iniciativa.
6. A atividade econômica sob um novo enfoque: a produção.
7. A atividade de produção e a pressão demográfica.
8. A atividade de produção: o capital, a tecnologia, o empresário e a terra.
9. Os agregados macroeconômicos.
10. Conceito e cálculo do produto da atividade econômica, o produto nacional.
11. O produto e a renda no Brasil.
12. A análise da repartição da renda.
13. Causas e extensão das desigualdades econômicas.
14. Panorama da repartição da renda no Brasil.
15. O equilíbrio e as flutuações dos níveis da produção, renda e emprego. As teorias clássica e keynesiana.
16. Consumo, poupança e investimento.
17. O equilíbrio geral da atividade econômica.
18. O efeito multiplicador e os hiatos inflacionários e deflacionários.
19. As flutuações da atividade: causas e correções.
20. O setor externo. A importância das relações econômicas internacionais.
21. As vantagens das trocas internacionais.
22. O balanço de pagamentos e o equilíbrio econômico interno.

DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO I

Unidade I: *A Expressão do Direito Internacional*

Introdução — O debate doutrinário em torno da propriedade do termo "fontes". O direito internacional no estatuto das Cortes (1920, 1945).

1. *O tratado internacional.*
   a) Teoria geral. O direito dos tratados como direito costumeiro e a Convenção de Viena de 1969.
   b) Delimitação do conceito de tratado internacional. O problema da terminologia. O acordo executivo. O "gentlemen's agreement" e figuras análogas.
   c) Tratados bilaterais e multilaterais. Tratados contratuais, normativos e institucionais.

2. *Gênese do tratado internacional.*
   a) Negociação e assinatura. O trato diplomático bilateral e as conferências internacionais. A estrutura formal do tratado.
   b) Ratificação e fórmulas variantes. O direito interno e o mecanismo de consulta ao parlamento. As ratificações imperfeitas.
   c) Adesão e fórmulas variantes. As várias espécies de abertura do tratado à adesão. O caso particular da adesão aos tratados institucionais.
   d) Reservas ao tratado: espécies, alcance, viabilidade. A posição dos demais Estados contratantes: aceitação e objeção.
   e) Entrada em vigor do tratado. Mecanismos internos de promulgação e publicidade.
   f) Registro e publicidade no âmbito internacional. A sanção da diplomacia secreta na Carta das Nações Unidas.
   g) Emendas ao tratado. A aceitação pelas partes contratantes. A perspectiva de duplo regime jurídico.

3. *Efeitos do tratado internacional.*
   a) A obrigatoriedade do tratado e a hipótese de concorrência de obrigações internacionais.
   b) O conflito entre o tratado e a regra de direito interno. Sistemas de solução.
   c) Efeitos entre as partes contratantes.

d) Efeitos sobre terceiros. A criação de situação jurídica objetiva. A estipulação em favor de terceiro. A cláusula da nação mais favorecida. A teoria do "conjunto suficientemente representativo dos interesses gerais".

4. *Extinção do tratado internacional.*
   a) A vontade comum (ab-rogação).
   b) A vontade unilateral (denúncia).
   c) A superveniência do estado de guerra e a alteração radical das circunstâncias (teoria da cláusula "rebus sic stantibus").

5. *O costume internacional.*
   a) Variedade de alcance: a possibilidade da formação do direito costumeiro regional.
   b) Elemento objetivo: a repetição, no tempo, da conduta ativa ou passiva.
   c) Elemento subjetivo: a "opinio juris".

6. *Os princípios gerais do direito.*
   a) A pretensa assimilação dos princípios gerais do direito ao direito natural, ao costume ou à eqüidade.
   b) Princípios gerais comuns ao direito internacional e ao direito interno.
   c) Princípios gerais peculiares ao direito internacional.

7. *Os atos unilaterais.*
   a) Formas passíveis de repercussão no plano do direito internacional: a criação de situação jurídica objetiva; a estipulação em favor de outrem.
   b) O requisito da licitude internacional.

8. *As decisões das organizações internacionais.*
   a) Limites da analogia entre tratado internacional e decisão de organização internacional.
   b) Sistemas de tomada de decisões. Limites de obrigatoriedade entre os Estados-membros da organização.

9. *Métodos de interpretação e de compensação.*
   a) O recurso à jurisprudência e à doutrina para a interpretação da norma de direito internacional.
   b) O recurso à analogia e à eqüidade, quando insuficiente ou inexistente a norma internacional.

Unidade II: Condição Jurídica e Jurisdição do Estado

Introdução — Soberania e personalidade jurídica de direito internacional.

1. *Elementos constitutivos do Estado: o território e suas extensões.*
   a) Delimitação do território. Limites naturais e artificiais. Competências territoriais.
   b) Aquisição e perda do território. Descoberta e ocupação. "Conquista". Cessão onerosa e "cessão gratuita".
   c) Águas internas, mar territorial e plataforma continental.
   d) Espaço aéreo atmosférico. O princípio da liberdade de navegação aérea e o problema da segurança do Estado. O mecanismo normativo da Organização da Aviação Civil Internacional.
   e) Regime jurídico dos canais, estreitos e rios internacionais.

2. *Elementos constitutivos do Estado: a população.*
   a) Nacionalidade: as regras mínimas do direito internacional e o domínio do direito interno. O princípio da efetividade do vínculo. O caso dos binacionais e dos apátridas.
   b) Aquisição e perda da nacionalidade: o modelo brasileiro; o quadro comparativo.
   c) Condição jurídica dos estrangeiros. Garantias elementares no plano dos direitos civis.
   d) Extradição, expulsão e deportação de estrangeiros. Deveres do Estado patrial.
   e) Asilo político territorial. Asilo diplomático.
   f) Proteção internacional dos direitos humanos.

3. *Elementos constitutivos do Estado: o governo.*
   a) Legitimidade e efetividade: a questão do reconhecimento de governos.
   b) Soberania e autonomia: os Estados federais frente ao direito internacional.
   c) Soberania e insuficiência: os Estados exíguos frente ao direito internacional. O caso especial da Santa Sé.

4. *Imunidade à jurisdição estatal.*
   a) A imunidade do Estado estrangeiro à jurisdição local.

b) As convenções de Viena sobre relações diplomáticas e consulares. Imunidade e inviolabilidade. Aspectos civis e penais.

5. *Espaços estranhos ao âmbito da soberania estatal.*
   a) O alto mar. Policiamento. Utilização econômica. Regime jurídico dos navios em alto mar.
   b) O espaço aéreo extra-atmosférico.
   c) O continente antártico.

6. *Sucessão de Estados.*
   a) Teoria geral. A sucessão e o princípio da continuidade. Formas.
   b) Sucessão nos bens públicos e na dívida pública.
   c) Sucessão e nacionalidade.
   d) Sucessão e tratados internacionais.

Unidade III: Solução Pacífica dos Litígios Internacionais

Introdução — Visão panorâmica do chamado "direito de guerra" e justificativa de sua exclusão do programa. O direito de Haia. O direito de Genebra.

1. *Os meios diplomáticos.*
   a) Entendimento direto. Sistema de consulta.
   b) Bons ofícios e fórmulas variantes.
   c) Mediação e fórmulas variantes. Natureza do relatório e das proposições do mediador.

2. *A solução política.*
   a) Noções fundamentais. O problema das competências concorrentes.
   b) A experiência do Conselho da Sociedade das Nações.
   c) O Conselho de Segurança das Nações Unidas.
   d) O Conselho Permanente da Organização dos Estados Americanos.

3. *A arbitragem.*
   a) Conceito de solução jurisdicional não-judiciária.
   b) O compromisso arbitral.
   c) A sentença arbitral: natureza jurídica; efeitos.

4. *A solução judiciária.*
   a) A Corte Permanente de Justiça Internacional e a Corte Internacional de Justiça: estrutura e competência.

   b) Os tribunais regionais. Casos de acesso direto de particulares ao foro internacional.
   c) Atividade atual e perspectivas do judiciário internacional.

CIÊNCIA POLÍTICA

I — Política de Ciência Política
   1. Conceitos Básicos. Relações com outras ciências.
   2. Sistemas políticos; organizações políticas; instituições políticas.

II — Poder político
   3. Poder; autoridade; influência; dominação.
   4. Legitimidade, legalidade.

III — A análise de sistemas políticos
   5. Sistema social; sistema político; sistema econômico.

IV — Instituições políticas
   6. Formas; regimes, sistemas; tipos de governo.

V — A análise de elites políticas
   7. Elites políticas.

VI — Envolvimento político
   8. O homem político.
   9. Partidos políticos; facções políticas.
   10. Grupos de pressão; grupos de interesse.

VII — Mudança política
   11. Mudança e conflito político.

VIII — Principais Correntes do Pensamento Político
   a) Pensamento político greco-romano.
   b) Pensamento político medieval.
   c) Pensamento político moderno.
   d) Pensamento político contemporâneo.

IX — América Latina
   12. Colonização — aspectos e conseqüências políticas.
   13. Mudanças e desenvolvimento.

X — Brasil
   14. Origens privativas do poder público brasileiro; coronelismo.
   15. Evolução política.

ESTUDOS BRASILEIROS – HISTÓRIA DO BRASIL

1. *Evolução econômico-social*:
   - 1.1 – As transformações na agricultura: da hegemonia do café à diversificação da produção;
   - 1.2 – O processo de industrialização;
   - 1.3 – O crescimento do setor terciário;
   - 1.4 – As medidas econômicas governamentais;
   - 1.5 – O comércio exterior: as transformações qualitativas e quantitativas;
   - 1.6 – A diversificação da estrutura social.

2. *O processo político*:
   - 2.1 – O processo político-partidário na Primeira República;
   - 2.2 – A Revolução de 1930;
   - 2.3 – A situação política entre 1930 e 1945;
   - 2.4 – O processo político-partidário de 1945 e 1964;
   - 2.5 – A Revolução de 1964.

ESTUDOS BRASILEIROS – GEOGRAFIA DO BRASIL

Tema: *A organização do espaço brasileiro.*

Unidade I

Os processos comandam a organização do espaço brasileiro. A importância do desenvolvimento econômico e das mudanças sociais na estruturação do espaço. A organização do espaço brasileiro em macroescala.

Unidade II

Concentração econômica e espacial. As relações entre centro e periferia no sistema espacial brasileiro. As desigualdades regionais.

Unidade III

A concentração urbano-industrial no Sudeste. Os grandes aglomerados urbanos. As migrações para o Sudeste.

Unidade IV

As metrópoles brasileiras. Metropolização, terciarização e formação de periferias urbanas.

Unidade V

O desenvolvimento do Centro-Sul e as formas de uso da terra.

Unidade VI

A penetração de inovações no meio rural: o caso do Centro-Oeste. A expansão da fronteira agrícola na Amazônia.

2º ANO

FRANCÊS

En 2ème, il s'agit d'affirmer et de développer les connaissances acquises au cours de la 1ère année par:

- la sensibilisation aux registres et niveaux de langue en utilisant des articles de journaux, des documents visuels et le jeu de rôles;
- la pratique de tables rondes et la simulation de conférences;
- l'étude linguistique de la correspondence diplomatique et du Protocole;
- la traduction Portugais-Français;
- l'utilisation de l'exercice de la prise de note lors de conférences.

INGLÊS

The principal aims of the Second Year English programme are:

1. to develop each student's command of spoken English to the full, especially in diplomatic contexts, by means of debates, speeches and simulated negotiations; where possible, there will be close co-operation between the English and French departments, with a view to parallel activities using both languages;
2. to reinforce the knowledge of written English, through letters, compositions and translations based on diplomatic models;
3. to improve the pronunciation and/or oral fluency of those students who did not manage to overcome all their difficulties during the First Year course. For this purpose, additional sessions will be set aside, as far as possible, for students who have difficulties in specific areas.

ALEMÃO, ESPANHOL, RUSSO

O ensino das línguas estrangeiras complementares tem como objetivo didático dar ao aluno:

1. o conhecimento básico estrutural, passivo, do idioma, que poderá servir como base para posterior desenvolvimento;
2. a capacidade de usar a língua minimamente, de forma passiva (reconhecimento do léxico essencial, leitura simples) e ativa (conversação simples, entendimento de frases habituais, troca oral de informações práticas e, na medida do possível, uso das mesmas em condições profissionais).

ECONOMIA

1. Teorias do comércio internacional.
   1.1 — Teorias clássicas da vantagem comparativa.
   1.2 — Modelo neoclássico de dotação de fatores.
   1.3 — Teoria moderna.
2. Comércio internacional: perspectiva histórica.
3. Comércio e desenvolvimento econômico.
4. Termos de troca e ganhos do comércio.
5. Vantagens comparativas e políticas de desenvolvimento.
6. Balanço de pagamentos.
7. Sistemas de taxas cambiais.
8. Taxa de câmbio de equilíbrio.
9. Desequilíbrio e ajustamento do balanço de pagamentos.
10. Sistema monetário internacional.
11. Comércio exterior brasileiro.
    11.1 — Balanço de pagamentos do Brasil.
    11.2 — Substituição de importações.
    11.3 — Incentivos às exportações.
    11.4 — Capitais e dívida externa.

DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO

Unidade I: A Responsabilidade Internacional dos Estados

I — Noção de Responsabilidade Internacional.
II — Origem de Responsabilidade Internacional dos Estados.
III — Elementos Essenciais da Responsabilidade.
   1. Ato ou omissão em violação de uma obrigação internacional.

   2. Imputabilidade ao Estado como pessoa jurídica.
   3. Dano resultante do ato ou omissão internacionalmente ilícito.

IV — A Determinação do Surgimento da Responsabilidade Internacional (no tempo).

V — Configuração da Responsabilidade Internacional do Estado.
   1. Por atos ou omissões de seus órgãos (executivos, legislativos, judiciários).
   2. Por atos de particulares.

VI — A Reparação de Danos.
   1. Jurisprudência internacional.
   2. Natureza e extensão.
   3. Formas de reparação.

VII — Implementação da Responsabilidade Internacional, ou Exercício de Proteção Diplomática: Condições.
   1. A regra do prévio esgotamento dos recursos de direito interno.
   2. A regra da nacionalidade das reclamações.
   3. O requisito de "clean hands".
   4. A Cláusula Calvo de renúncia prévia no exercício da proteção diplomática.
   5. A noção de denegação de justiça.
      a) Teoria e prática européias.
      b) Teoria e prática latino-americanas.

VIII — Os Princípios da Responsabilidade Internacional e as Organizações Internacionais.

Unidade II: A Condição dos Particulares no Direito Internacional Público

I — Condição dos Particulares no Direito Internacional Consuetudinário.

II — Capacidade Processual dos Particulares no Plano Internacional.

III — Experimentos Internacionais Outorgando Status Processual aos Particulares.
   1. Anteriores à Primeira Guerra Mundial.
   2. No período de entreguerras.
   3. Posteriores à Segunda Guerra Mundial.

IV — Uma Situação Específica: a Condição dos Funcionários de Organizações Internacionais.

Unidade III: A Condição das Organizações Internacionais do Direito Internacional Público

I — Enfoques Distintos da Matéria; Tentativas de Sistematização pelas Próprias Organizações Internacionais: os Repertórios Internacionais e Documentos Classificados.

II — Criação e Evolução das Organizações Internacionais.
1. Antecedentes históricos.
   a) Concerto da Europa.
   b) Sistema de Haia.
   c) Uniões públicas internacionais.
2. A Liga das Nações (e seus órgãos).
3. A Organização das Nações Unidas (e seus órgãos) e agências especializadas (OIT, FAO, OMS, UNESCO, OMM, UIT, UPU, OACI, IMCO, FMI, BIRD, AIEA).
4. As organizações regionais.
   a) Políticas.
   b) De integração econômica.
   c) De defesa coletiva.

III — Personalidade Jurídica das Organizações Internacionais (debate acadêmico e jurisprudência internacional) e Interpretação dos Poderes Atribuídos às Organizações Internacionais (métodos de interpretação e jurisprudência internacional).

IV — Estrutura e Funcionamento das Organizações Internacionais.
1. Composição (admissão, suspensão e expulsão de membros; órgãos componentes).
2. Privilégios e imunidades.
3. Orçamento e finanças.
4. Especificidade do direito interno ou próprio das organizações internacionais (relação interna entre os órgãos de organização).
5. Mecanismos internos de controle nas organizações internacionais.
   a) Relatórios periódicos.
   b) Procedimentos para interpretação de acordos internacionais.

   c) Reclamações (modalidades; jurisprudência dos tribunais administrativos internacionais).
6. Processo decisório das organizações internacionais.
   a) A regra da unanimidade.
   b) As maiorias simples e especial.
   c) O veto.
   d) O voto proporcional.
   e) A técnica do consenso e suas aplicações.

V — Capacidade das Organizações Internacionais para Concluir Acordos.
1. "Treaty-making power" explícito e implícito.
2. Relação entre a personalidade internacional e o "treaty-making power".
3. Extensão funcional do "treaty-making power".

VI — Delimitação de Competências (nas Relações entre Organizações Internacionais e Estados-Membros).
1. As jurisdições internacionais.
2. O domínio reservado dos Estados.
   a) Na prática dos órgãos políticos das Organizações Internacionais.
   b) Na prática dos órgãos judiciais das Organizações Internacionais.
3. Atos das organizações internacionais.
   a) Natureza jurídica.
   b) Conteúdo e classificação das resoluções.
   c) Efeitos das resoluções.
4. Observações quanto às relações entre organizações internacionais e Estados não-membros.

Unidade IV: Codificação e Sistematização do Direito Internacional Público

I — Os Primeiros Esforços de Codificação, até a Conferência de Haia de 1930.
1. Temas tratados.
2. Resultados.

II — A Obra da Comissão de Direito Internacional da ONU.

III — A Obra da Comissão Jurídica Interamericana.

IV — Demais Esforços de Sistematização do Direito Internacional.
1. Repertórios nacionais da prática dos Estados.
2. Repertórios da prática das organizações internacionais.

V — Perspectivas.

DIREITO INTERNACIONAL PRIVADO

Unidade I: *Apresentação do Direito Internacional Privado* (stricto sensu)

Introdução: O Direito Internacional Privado como auxiliar do juiz na apreciação dos fatos anormais.

1. *Projeção do direito interno no plano internacional*
   1. As pessoas.
   2. Os bens.
   3. Os atos jurídicos.
   4. Os fatos jurídicos.
2. *A questão do objeto do Direito Internacional Privado*
   1. Os conflitos de lei.
   2. Os conflitos de jurisdição.
   3. A condição dos estrangeiros.
   4. A nacionalidade.
3. *Fontes do Direito Internacional Privado*
   1. Fontes internacionais e fontes internas.
   2. Importância da Jurisprudência e da Doutrina.
4. *Noções históricas*
   1. As principais escolas do Direito Internacional Privado.
   2. Suas influências no Direito Contemporâneo.

Unidade II: *Método Específico do Direito Internacional Privado*

Introdução: A indicação de circunstâncias de conexão.

1. *A nacionalidade como circunstância de conexão*
   1. Aplicação no Direito Internacional Privado Brasileiro.
   2. Aplicação no Direito Estrangeiro.
   3. Aplicação em convenções internacionais.
2. *O domicílio como circunstância de conexão*
   1. Aplicação no Direito Internacional Privado Brasileiro.
   2. Aplicação no Direito Estrangeiro.
   3. Aplicação em convenções internacionais.

3. *A regra "locus regit actum"*
   1. Evolução histórica.
   2. Aplicação à forma e prova dos atos.
   3. Outras aplicações importantes da idéia de localização.
4. *Controvérsia sobre a autonomia da vontade em Direito Internacional Privado*
   1. Origem da questão.
   2. O Direito Brasileiro Antigo.
   3. O Direito Brasileiro Atual.

Unidade III: *Casos de Não Aceitação do Direito Aplicável*

Introdução: Corretivos à aplicação do Direito indicado.

1. *Defesa da ordem social*
   1. Domínio de intervenção da ordem pública.
   2. O problema da definição de ordem pública.
   3. Caráter evolutivo da noção.
2. *A fraude à lei*
   1. Noção geral.
   2. Utilização voluntária das regras de conflito.
   3. As conexões fraudulentas.
   4. A fraude à lei brasileira.
3. *Aplicação da lei mais favorável*
   1. A proteção aos nacionais no Brasil.
   2. Estado atual do problema.

Unidade IV: *Apresentação do Direito Internacional Privado* (lato sensu)

Introdução: Os chamados conflitos de jurisdição.

1. *A competência internacional dos tribunais brasileiros*
   1. Princípios reguladores da competência internacional.
   2. A competência exclusiva e a competência concorrente.
   3. A competência direta e a competência indireta.
2. *Peculiaridade do processo contendo elementos estrangeiros*
   1. Competência da lei do foro.
   2. Prova de meios de defesa.
   3. Tramitação de cartas rogatórias.

3. *Homologação de sentenças estrangeiras*
   1. Importância, fundamento e alcance do reconhecimento de sentenças estrangeiras.
   2. Principais obstáculos opostos ao reconhecimento das sentenças estrangeiras.
   3. O sistema brasileiro de homologação das sentenças estrangeiras.

Unidade V: Apresentação do Direito Internacional Privado (lato sensu)

Introdução: Nacionais X Estrangeiros.

1. *A nacionalidade e a ordem internacional*
   1. Fontes internacionais do Direito da nacionalidade.
   2. Conflitos de nacionalidades.

2. *A nacionalidade e o Direito Brasileiro*
   1. Princípios gerais.
   2. Aquisição e perda da nacionalidade brasileira.
   3. Contencioso da nacionalidade.

3. *A condição dos estrangeiros no Brasil*
   1. As pessoas físicas e o gozo e o exercício dos direitos no Brasil.
   2. Direito Público X Direito Privado.
   3. Tratados internacionais e assimilação aos nacionais.

4. *As pessoas jurídicas estrangeiras no Brasil*
   1. As pessoas jurídicas de Direito Público.
   2. As pessoas jurídicas de Direito Privado.
   3. A condição das sociedades estrangeiras no Brasil.
   4. A condição das associações e fundações no Brasil.

RELAÇÕES INTERNACIONAIS

I — *Relações Internacionais como campo de estudo*
   1. Conteúdo e limite do campo de estudos.
      a) Concepções sobre relações internacionais.
      b) Relações internacionais e ciências sociais.
      c) Teoria, política e ideologia.
   2. Níveis de análise.
   3. Métodos e técnicas de análise.

II — *Teorias de Relações Internacionais*
   1. Teorias clássicas.
   2. Teorias contemporâneas.
      a) Teorias gerais (realismo, idealismo, teoria de sistemas, marxismo, dependência).
      b) Teorias sobre problemas particulares.

III — *Atores do Sistema Internacional*
   1. O Estado.
      a) O Estado como ator fundamental.
      b) Objetivos do Estado no sistema internacional.
      c) Condições internas da política externa.
      d) O problema do poder e da força.
      e) As formas de agir: a diplomacia.
      f) As formas de agir: pressão e uso da força.
      g) Processo decisório.
      h) Ideologias: a questão do nacionalismo.
   2. Outros atores: organismos internacionais, empresas multinacionais, etc.

IV — *Sistema Internacional*
   1. Formas de interação entre estados: conflito, cooperação e integração.
   2. A organização do sistema internacional: simetria e assimetria.
   3. As relações internacionais como relações de poder: balança de poder e suas diversas configurações.
   4. As macroestruturas internacionais no século XX e os subsistemas econômico, militar e político.

V — *Temas Contemporâneos de Relações Internacionais*
   1. Relações Leste-Oeste.
   2. Relações Norte-Sul.
   3. Subsistemas regionais: o europeu, o interamericano, o latino-americano, o do Oriente Médio, o asiático e o africano.
   4. Desarmamento.
   5. Papel das organizações internacionais: as Nações Unidas e a OEA.
   6. O não-alinhamento.

VI — *Análise Acadêmica da Política Externa Brasileira*

HISTÓRIA DAS RELAÇÕES DIPLOMÁTICAS DO BRASIL

I — *Introdução.*

— Alguns conceitos básicos.
— Visão geral da história diplomática do Brasil.

II — *Colônia.*

a) Introdução ao período.
b) A expansão comercial de Portugal e Espanha: Tordesilhas.
c) As incursões francesas: a defesa militar e diplomática.
d) A união das monarquias ibéricas e suas conseqüências: as invasões holandesas.
e) Características da formação territorial:
— o Sul e a Colônia de Sacramento;
— as bandeiras;
— o Norte.
f) O Tratado de Madri e outras convenções sobre limites no século XVIII.
g) A diplomacia de D. João no Brasil:
— as relações com a Inglaterra;
— a ocupação da Cisplatina;
— a ocupação de Caiena.

III — *Império.*

a) Introdução ao período.
b) O reconhecimento da independência.
c) A questão da Cisplatina.
d) As relações com a Inglaterra: o declínio da preeminência inglesa.
e) As questões platinas:
— de 1828 à queda de Rosas;
— a década de 1850;
— a guerra da Tríplice Aliança.
f) Relações com os Estados Unidos: o problema do Amazonas.

IV — *República.*

a) Os primeiros anos: o reconhecimento e questões de limites.

b) A obra do Barão do Rio Branco:
— a consolidação das fronteiras;
— a questão do Acre;
— o pan-americanismo;
— a Conferência de Haia de 1907.
c) O Brasil e a Primeira Guerra Mundial.
d) As relações com as grandes potências no entreguerras; a diplomacia de Vargas.
e) As relações com os países latino-americanos.
f) O Brasil e a Segunda Guerra Mundial.
g) Tendências contemporâneas.

Temas para os grupos de seminário (exposição e debate):

I — *A política do Brasil no Prata.*

Antecedentes.
Cisplatina.
As intervenções.
A intervenção de 1864 e a Guerra da Tríplice Aliança.
Desdobramentos na atualidade.

II — *As relações com a Grã-Bretanha como potência hegemônica.*

Antecedentes (relações Portugal-Inglaterra).
A vinda da família real e os tratados.
A Independência e o seu preço: os tratados econômicos.
A questão do tráfico negreiro e outros atritos.
Os capitais ingleses e a modernização.
A transição para o predomínio norte-americano: a "aliança não-escrita" com os EUA e sua importância para a diplomacia brasileira da República Velha.

III — *A política externa de Vargas.*

Antecedentes (a política externa da República Velha e as questões de limites).
A política "pendular" entre os Estados Unidos e a Alemanha. Os acordos comerciais.
A implantação da siderurgia.
A Segunda Guerra Mundial.

IV — *A política externa brasileira nos últimos vinte anos.*

Antecedentes imediatos (Dutra, segundo período de Vargas, Juscelino Kubitschek).
A política externa de Jânio Quadros.

A política externa independente de João Goulart e San Tiago Dantas.

A política da Revolução de 1964 – prioridades e iniciativas:

- 1º momento: Castello Branco;
- 2º momento: Costa e Silva;
- 3º momento: Médici;
- 4º momento: Geisel;
- 5º momento: Figueiredo.

CPCD – PLANO DE ESTUDOS – 1982

		1º ANO	2º ANO
LÍNGUAS ESTRANGEIRAS	Regulares	Francês, Inglês, Português para estrangeiros	
	Complementares	Alemão, Espanhol, Russo	
MATÉRIAS BÁSICAS		Ciência Política Direito Constitucional Direito Internacional Público Economia Estudos Brasileiros: – Geografia do Brasil – História do Brasil	Economia Direito Internacional Público Direito Internacional Privado História das Relações Diplomáticas do Brasil Relações Internacionais
MATÉRIAS PROFISSIONALIZANTES		Conferências e seminários	Estudos profissionais (seminários): – Prática Diplomática e Consular – Promoção Comercial Expressão Oral e Escrita
ATIVIDADES EXTRACURRICULARES		Estágios, viagens, conferências, seminários	

CURSO DE APERFEIÇOAMENTO DE DIPLOMATAS (CAD) E CURSO DE ALTOS ESTUDOS (CAE)

V CAD

As provas do V Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas, cujas inscrições haviam sido feitas no ano anterior, foram realizadas em 27, 28 e 29 de abril, em Brasília e em diversos postos no exterior. Foram aprovados os seguintes Segundos Secretários:

Adalnio Senna Ganem
Alirio de Oliveira Ramos
Almerinda Augusta de Freitas Carvalho
Ana Elisa M. P. Pupo-Netto de O. Campos
Carlos Eduardo Sette Camara da F. Costa
Cesar de Paula Cidade
Cezar Augusto de Souza Lima Amaral
Dante Coelho de Lima
Edson Marinho Duarte Monteiro
Eduardo dos Santos
Enio Cordeiro
Fernando Jablonski
Genesio Silveira da Costa
George Ney de Souza Fernandes
Gustavo Mesquita de Siqueira
João Batista da Costa
João de Mendonça Lima Neto
José Antonio Marcondes de Carvalho
José Roberto de Almeida Pinto
José Soares Junior
Katia Godinho Gilaberte
Luiz Gilberto Seixas de Andrade
Marcela Maria Nicodemos
Marcio Araujo Lages
Marcio Florêncio Nunes Cambraia
Marcos André Rouanet Machado de Mello
Maria Ercilia Borges Alves

Maria Laura da Rocha
Maria Thereza Lazaro
Michael Francis de Maya M. Gepp
Miguel Gustavo de Paiva Torres
Monica Renata Salski
Paulo Antonio Pereira Pinto
Paulo Sergio Traballi Bozzi
Raymundo Santos Rocha Magno
Regis Percy Aslanian
Renan Leite Paes Barreto
Sergio Mauricio da Costa Palazzo
Vera Lucia dos Santos C. Campetti
Vergniaud Elyseu Filho

Foram as seguintes as provas do V CAD:

RELAÇÕES INTERNACIONAIS E ORGANISMOS INTERNACIONAIS

Dois países em desenvolvimento têm, em nossos dias, um litígio de fronteiras. Discuta:

a) que instrumentos ou organismos internacionais os dois países poderiam utilizar para que suas posições prevalecessem;
b) que relações teria a situação política nacional dos dois países para a definição de suas opções diplomáticas;
c) e a situação regional para os mesmos efeitos;
d) em que medida a situação internacional global pode influir no processo de negociação do litígio;
e) quais seriam os determinantes da posição de um terceiro país, vizinho e "amigo tradicional" dos litigantes.

ECONOMIA BRASILEIRA E COMÉRCIO EXTERIOR DO BRASIL

Um grupo de países industrializados apresentou proposta no sentido de diferenciar o tratamento a ser concedido a países postulantes de empréstimos em entidades financeiras internacionais. De acordo com tal concepção, os países que houvessem atingido determinado nível de renda *per capita* — por isso chamados "graduados", entre os quais estaria o Brasil — teriam doravante mais limitado seu acesso aos financiamentos daquelas entidades. Prepare um documento que explicite e justifique a posição brasileira contrária à proposta. O trabalho não se deve ater somente a argumentos de política internacional, mas considerar nossas necessidades de recursos externos à luz dos atuais problemas econômicos do Brasil e da conjuntura econômica internacional.

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL E SISTEMA ORÇAMENTÁRIO BRASILEIRO

Prepare minuta de exposição de motivos com a finalidade de propor e justificar alteração na estrutura orgânica do Ministério das Relações Exteriores, seja mediante a criação de novos departamentos, seja pela instituição de novas coordenadorias, divisões e outras unidades. Dadas as atuais restrições orçamentárias, torna-se indispensável ressaltar a prioridade e excepcionalidade do pedido, para a obtenção dos recursos necessários à implementação da reforma sugerida.

A proposta pode ter caráter geral ou apenas centrar-se em uma ou mais áreas geográficas ou funcionais.

(Acompanhou a prova o organograma do M.R.E.)

VI CAD

As inscrições estiveram abertas de 5 de julho a 5 de agosto.
(*) Foram aprovados os seguintes diplomatas:

Alcir Carvalho Rebello
Antenor Américo Mourão Bogéa Filho
Antonio de Aguiar Patriota
Antonio Fernando Cruz de Mello
Antonio José M. de Souza e Silva
Appio Claudio Muniz Acquarone Filho
Carlos Alberto Lopes Asfora
Carlos Alfredo Lazary Teixeira
Carlos Augusto de Oliveira
Carlos Eduardo Botelho da Silva
Carmelito de Melo
Eduardo Ricardo Gradilone Neto
Fernando Paulo de Mello Barreto Filho
Francisco Chagas Catunda Resende

(*) O Edital relativo ao VI CAD encontra-se na seção Legislação.

Frederico Salomão Duque Estrada Meyer
Gilda Nunes Abuhamad
Gladys Ann Garry Facó
João Frederico Abbott Galvão Jr.
João Solano Carneiro da Cunha
João Zicardi Navajas
José Antonio Gomes Piras
Leonilda Beatriz C. G. Alves Correa
Luiz Antônio Dubeux Fonseca
Luiz Eduardo Caracciolo Maya Ferreira
Marcelo Roberto Soares Novaes
Marcos Vinicius Pinta Gama
Maria Dulce Silva Barros
Maria Edileuza Silva Fontenele
Maria Luiza Ribeiro Viotti
Maurício Roberto Oswald Vieira
Michael Patricius de Almeida Goggin
Paulo César de Camargo
Paulo Cordeiro de Andrade Pinto
Pedro Luiz Rodrigues
Ralph Peter Henderson
Raul de Taunay
Renato Soares Menezes
René Pinto de Mesquita Junior
Romero Cabral da Costa Filho
Rubem Antonio Corrêa Barbosa
Victor Manso de Mello-Vianna

As provas, realizadas em 27, 28 e 29 de outubro, em Brasília e em vários postos no exterior, foram as seguintes:

RELAÇÕES INTERNACIONAIS E ORGANISMOS INTERNACIONAIS

1ª *Questão*:

O Senhor serve em país ocidental desenvolvido e foi convidado, como diplomata, para fazer uma conferência sobre: *Forças internacionais que condicionam a política externa dos países do Terceiro Mundo: a situação contemporânea.* O público é de professores universitários.

Apresente as linhas principais da conferência, que deve estar centrada nos aspectos *políticos* do problema (ou seja: a questão da estrutura internacional de poder é um dos pontos essenciais do problema a ser discutido).

Procure dar exemplos recentes dos problemas apresentados.

2ª *Questão*:

Escolha *uma* das seguintes proposições e responda:

1. Num pronunciamento recente, o Ministro de Estado, caracterizando a conjuntura internacional, apontava para o fenômeno da dificuldade de articular ações comuns e referia ainda o "baixo grau de entendimento entre estados e entre agrupamentos de estados, que deveriam atuar como geradores de propostas de ordem". *Comente esta segunda parte do argumento* (agrupamentos de estado como geradores de ordem), tomando como referência a situação atual de dois organismos multilaterais (ou, num sentido mais amplo, grupos de estados que tenham tradição de atuação comum, mesmo que não sejam formalmente ligados por instituições multilaterais).

2. Como se transforma uma "macroestrutura internacional"? Procure discutir em tese e dar exemplos do processo.

3. Discuta a questão da *utilização do poder* em dois sistemas regionais diferentes (no âmbito do Terceiro Mundo).

ECONOMIA BRASILEIRA E COMÉRCIO EXTERIOR DO BRASIL

1ª *Questão*:

O protecionismo da parte dos países desenvolvidos, em suas variadas formas, tem sido apontado pelos países em desenvolvimento como um dos principais entraves ao seu processo de desenvolvimento e também como fator adicional de perturbação da vida internacional. Suponha que o Sr. esteja representando o Brasil numa reunião internacional multilateral e que deva intervir no debate do assunto. Defenda posição que reflita os interesses brasileiros na matéria. Entre outras considerações, ressalte:

a) a inconveniência global das medidas protecionistas;
b) o papel dos organismos internacionais no tratamento da questão; e
c) linha de ação a nível nacional e internacional que objetive o encaminhamento da questão.

2ª *Questão*:

Escolha *uma* das seguintes proposições e responda:

1. Suponha que um grupo de países em desenvolvimento pro-

ponha a criação de uma organização dos países devedores do Terceiro Mundo, baseada na experiência da OPEP. A entidade proposta teria por objetivo, para alguns daqueles países, a recusa coletiva ao pagamento da dívida e, para outros, obter melhores condições de pagamento da dívida. Suponha, ainda, que o Brasil tenha sido convidado a juntar-se àquele grupo de países. Faça breve exposição justificando a eventual posição a ser seguida pelo Brasil a respeito da referida iniciativa.

2. Segmentos da sociedade brasileira criticam vivamente o nível em que se encontram as taxas de juros domésticos. As autoridades econômicas defendem que isso não é uma meta do Governo, mas é imperioso. Comente essa afirmativa.

3. Comente, de forma sucinta, as eventuais conseqüências econômicas do conflito das Malvinas para o Brasil.

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL E SISTEMA ORÇAMENTÁRIO BRASILEIRO

1ª *Questão*:

Apresente *um* dos seguintes projetos, sob forma de informação, na área de treinamento de diplomatas:

1. Projeto de Estágio de Treinamento de Terceiros Secretários na Secretaria de Estado logo após a conclusão do Curso de Preparação à Carreira de Diplomata (CPCD);

2. Projeto de Estágio, na Secretaria de Estado, de Secretários removidos que não tenham servido anteriormente no exterior;

3. Projeto de Programa de Reciclagem de Diplomatas ausentes do Brasil por mais de seis anos e que regressam à Secretaria de Estado.

Indicar em cada projeto:

a) objetivos/finalidades; e

b) descrição do programa (duração, matérias, visitas programadas, palestras, etc.).

2ª *Questão*:

Preparar memorando ao Senhor Chefe do Departamento Geral de Administração no qual deve indicar as principais carências na formação profissional de servidores administrativos do quadro do MRE (excluídos os subalternos) e que providências devem ser tomadas para corrigi-las.

3ª *Questão*:

O Decreto-lei nº 1.909, de 30 de dezembro de 1981, determina a aplicação de uma contenção de 12% sobre os recursos orçamentários de "Outras Despesas Correntes e de Capital".

Para o MRE, uma aplicação linear de tal percentual a todos os Ordenadores de Despesas provocaria a paralisação virtual de várias atividades.

À vista do exposto, considerando o quadro anexo — em que estão indicados os valores alocados a cada Ordenador no orçamento do MRE —, conhecendo as diretrizes atuais da política externa brasileira e sabendo a participação de cada Departamento no cumprimento dessas diretrizes, *proponha*, em informação ao Senhor Ministro de Estado, devidamente justificada, uma distribuição do corte que, em seu entender, minimize os efeitos negativos sobre as atividades do MRE.

Dados suplementares: Para fins da presente questão, suponha que todos os ordenadores, em princípio, tiveram atendidas, na Lei Orçamentária de 1982, as quantias mínimas necessárias para o desempenho adequado de suas funções. As exceções a esse princípio são os seguintes Departamentos que foram atendidos no orçamento em percentuais abaixo de suas necessidades mínimas:

Ordenador	% *de atendimento no orçamento*
DPR	70
DCD	60
DCT	30
IRBr	85

Está em anexo o quadro com os valores recebidos por cada ordenador no Orçamento do MRE para 1982.

Anexo à 3ª Questão:

Recursos Orçamentários do MRE em 1982, *a nível de Ordenador*

Ordenador	*Valor* (Cr$ 1.000)
DPA	1.260.429
DPR	1.307.640
DE-II	141.158
DCT	452.698
DCD	871.193
SEI	21.562
IRBr	81.346
C	90.450
DCJ	17.280
DEC	40.070
DGA	1.954.213
DP	2.566.558 (*)
DO	4.976.000
Org. Ints.	4.942.696
DF	28.500

(*) Recursos para despesas com passagens e transporte de bagagens.

IV CAE

Em março, foram argüidos os diplomatas inscritos, cujas teses escritas haviam sido examinadas em 1981, e aprovados os seguintes Conselheiros:

Adolf Libert Westphalen
Clodoaldo Hugueney Filho
Francisco de Paula de Almeida Nogueira Junqueira
Gelson Fonseca Júnior
Genaro Antonio Mucciolo
João Gualberto Marques Porto Júnior
José Mauricio de Figueiredo Bustani
Luiz Dilermando de Castello Cruz
Luiz Felipe de Seixas Correa

Luiz Mattoso Maia Amado
Moacyr Moreira Martins Ferreira

V CAE

Os trabalhos escritos foram recebidos até março e as argüições realizaram-se em maio e junho, por banca examinadora composta dos Embaixadores Adolpho Correa de Sá e Benevides, Alvaro da Costa Franco Filho e Marcos Castrioto de Azambuja, dos Ministros Rubens Ricupero e Sebastião do Rego Barros Netto e dos Professores Vicente Marotta Rangel e José Francisco Rezek.

Após a argüição oral, foram aprovados os seguintes diplomatas:

Antonio Carlos Coelho da Rocha
Antonio Octaviano de Alvarenga Filho
Brian Michael Fraser Neele
Carlos Augusto Rego Santos Neves
Carlos Eduardo Paes de Carvalho
Flavio Miragaia Perri
Francisco de Lima e Silva
Gastão Felipe Coimbra Bandeira de Mello
Gilberto Vergne Saboia
Ivan Oliveira Cannabrava
Jorio Dauster Magalhães e Silva
José Artur Denot Medeiros
José Viegas Filho
Luiz Augusto Saint-Brisson de Araújo Castro
Mauricio Carneiro Magnavita
Rubem Amaral Junior
Sergio Barbosa Serra
Sergio Tutikian
Stélio Marcos Amarante

VI CAE

As matrículas estiveram abertas no mês de março. (*) Com o intuito de facilitar a apresentação e defesa oral dos trabalhos ainda em 1982, o curso foi desdobrado em dois períodos. Para o primeiro período, foi fixado o mês de outubro como prazo para entrega dos trabalhos escritos e dezembro para a defesa oral e estágio de atualização.

(*) O Edital do VI CAE está na seção Legislação.

A banca examinadora do primeiro período constituiu-se dos Embaixadores Adolpho Correa de Sá e Benevides e Marcos Castrioto de Azambuja, dos Ministros Rubens Ricupero, Sebastião do Rego Barros Netto e Fernando Guimarães Reis e dos Professores Vicente Marotta Rangel e José Francisco Rezek.

Após a argüição oral, foram aprovados os seguintes Conselheiros:

Affonso Emílio de Alencastro Massot
Agildo Séllos Moura
Álvaro Bastos do Valle
Annunciata Salgado dos Santos
Antonio Ferreira da Rocha
Armando Sérgio Frazão
Carlos Moreira Garcia
Claudio Maria Henrique do Couto Lyra
Luiz Felipe de Macedo Soares Guimarães
Marina do Rego Freitas Toledo
Osmar Vladimir Chohfi
Oto Agripino Maia
Romeo Zero
Synesio Sampaio Goes Filho

O segundo período será concluído no primeiro semestre de 1983.

VII CAE

As inscrições estiveram abertas no mês de setembro, estando a apresentação dos trabalhos e a argüição oral previstas para o segundo semestre de 1983. (*)

(*) O Edital do VII CAE está na seção Legislação.

"SEMINÁRIO SAN CARLOS-ITAMARATY" NA COLÔMBIA

Realizou-se em Bogotá, de 21 a 23 de junho, no auditório do Palácio San Carlos, sede da Chancelaria colombiana, um seminário sobre a organização do serviço diplomático brasileiro e do Instituto Rio-Branco, promovido pelo governo colombiano, como parte de um plano de mudanças na estrutura do Ministério do Exterior colombiano e do "Instituto Colombiano de Estudios Internacionales". Missão precursora, chefiada pelo Doutor Oscar Constain Aragón, Diretor do Instituto Colombiano de Estudos Internacionais, estivera no Brasil de 19 a 23 de abril de 1981, quando teve oportunidade de realizar uma análise comparativa da organização do serviço exterior dos dois países e dos dois Institutos de formação de diplomatas, tendo a Chancelaria colombiana apresentado, posteriormente, solicitação formal ao Itamaraty para que diplomatas brasileiros participassem do Seminário.

Do lado brasileiro, foram designados o Embaixador Wladimir do Amaral Murtinho, Diretor do Instituto Rio-Branco, o Ministro Luiz Belford Roxo Leite Ribeiro, Chefe da Divisão do Pessoal, o Secretário João Carlos de Souza-Gomes, Coordenador de Assuntos Administrativos e de Comunicação da Secretaria Geral, e o Secretário Marcelo Leonardo da Silva Vasconcelos, Assistente do Chefe da Divisão da América Meridional II (DAM-II).

Instalado com a presença do Embaixador Julio Londoño Paredes, Ministro de Estado, interino, das Relações Exteriores da Colômbia, o "Seminário San Carlos-Itamaraty", como ficou conhecido, contou com a participação, do lado colombiano, de cerca de sessenta funcionários diplomáticos.

Inicialmente, os diplomatas brasileiros proferiram uma série de palestras sobre a estrutura da Chancelaria brasileira, a carreira diplomática no Brasil e o funcionamento do Instituto Rio-Branco. Numa segunda fase, foram criadas três comissões, integradas por membros da Chancelaria colombiana, que realizaram estudos sobre as mudanças que poderiam ser introduzidas na estrutura da Chancelaria colombiana, em sua carreira diplomática e consular e no Instituto Colombiano de Estudos Internacionais.

FORMATURA DA TURMA DE 1981

Realizou-se, em 20 de abril, a formatura dos alunos que concluíram o Curso de Preparação à Carreira de Diplomata em 1981, em cerimônia presidida por Sua Excelência o Senhor Presidente da República, na presença do Vice-Presidente da República, do Ministro de Estado das Relações Exteriores, do Secretário-Geral das Relações Exteriores e do Diretor do Instituto Rio-Branco.

O Presidente da República fez entrega do diploma e da medalha de vermeil (Prêmio Rio-Branco) ao primeiro colocado da turma e o Diretor do Instituto Rio-Branco procedeu à chamada dos novos Diplomatas, brasileiros e estrangeiros. Foram os seguintes os formados pelo Curso de Preparação à Carreira de Diplomata em 1981, por ordem de classificação:

Sergio França Danese
Arthur Henrique Villanova Nogueira
Bruno de Risios Bath
Alexandre Affonso da Motta Barboza
Hadil Fontes da Rocha Vianna
Marcel Fortuna Biato
Francisco Mauro Brasil de Holanda
Renato Sérgio de Assumpção Faria
Débora Vainer Baremboim
Afonso Alvaro Siqueira Carbonar
Hindemburgo Bueno dos Santos
Elza Moreira Marcelino
Francisco Carlos Ramalho de Carvalho Chagas
Cláudio Frederico de Matos Arruda
Maria Teresa Mesquita Pessôa
João Batista Lanari Bó
Sérgio Eugênio de Risios Bath
Osvaldo Biato Júnior
Paulo Roberto Caminha de Castilho França
Paulo de Mello Vidal
Antonio Luís Espínola Salgado
Marco Antônio Felix de Souza Neto

José Roberto Procopiak
Maria Sílvia Barbin Laurindo
Maria Elisa Teófilo de Luna
Francisco Moacyr Fontenelle Filho
Carlos Alberto Lamback
Hélio Vitor Ramos Filho
Paulo Luiz Medeiros de Souza
Carmen Lucia Gillet Lomonaco
Alfredo Cesar Martinho Leoni
Edelcio José Ansarah
Elda Maria Alvares Procopiak
Marco Farani
Jorge Karl de Sá Earp

Alunos Estrangeiros

Jorge Daniel Spencer Lima (Cabo Verde)
Fidèle N'Guembi Moussavou (Gabão)
Jean Baptiste Reynold Leroy (Haiti)
June Persaud (Guiana)
Ata-Kokou Boyo Fiagã (Togo)
Luis Antonio Aguilar Frenzel (Honduras)
Macário Marques Perdigão Jr. (Guiné-Bissau)

Receberam o "Prêmio Rio-Branco", atribuído ao 1º e 2º colocados na classificação final do Curso de Preparação à Carreira de Diplomata:

Sergio França Danese (medalha de vermeil) e
Arthur Henrique Villanova Nogueira (medalha de prata).

Receberam o "Prêmio Lafayette de Carvalho e Silva", conferido ao 1º e 2º colocados na classificação final dos Exames Vestibulares de sua turma:

Bruno de Risios Bath (medalha de prata) e
José Roberto Procopiak (medalha de bronze).

Na ocasião, o Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores proferiu o seguinte discurso:

"Não nos podemos limitar ao meramente ritual, quando recebemos nesta Casa uma nova turma de alunos formados pelo Instituto Rio-Branco. O momento contém significados e conotações que nos levam a reviver a longa e constante tradição da política externa brasileira de adequação às contingências de um cotidiano complexo e exigente.

É o instante em que buscamos retomar os valores e a continuidade da presença internacional do Brasil para que se revelem com mais clareza as possibilidades de inovação ou de ajustamento.

Também é a oportunidade de, junto com os novos diplomatas, olhar para o futuro. E compartilhar de forma solidária e amiga nossas idéias e preocupações, já que hoje mesmo passam a enfrentar conosco os desafios de um mundo atravessado por tantas formas de crise e injustiça, e por tão tênues razões de esperança. No reforço dessas tênues razões de esperança, em grave conjuntura, talvez se mostre a função mais nobre da diplomacia.

Meus jovens colegas,

A Casa de Rio-Branco lhes terá a oferecer um cabedal de princípios, uma tradição de comportamento modelado pelo valor supremo da paz e a realização do interesse nacional. E mais: a compreensão de que é necessário equilibrar, a cada passo, os requisitos do diálogo e da negociação, úteis a cada membro do sistema internacional, com as obrigações imensas e urgentes, de um país em desenvolvimento.

O Itamaraty lhes pedirá muito. Não devem ter ilusões sobre a sua escolha profissional. Nossas tarefas são exigentes. Em primeiro lugar, é a própria temática da convivência entre os Estados que se amplia, obrigando a um processo quase diário de renovação intelectual, sem que se perca, em nenhum instante, o sentido político que costura os diversos momentos de nossa atividade. E não é fácil a tentativa de combinar a atenção intelectual e a acuidade política, as virtudes da compreensão com as do discernimento no agir.

De outro lado, a execução da diplomacia tem, no Brasil, cada vez mais ingredientes de complexidade. A prática de opções universalistas, demarcadas pela abertura permanente ao diálogo, não se consegue com fórmulas simples quando vivemos em conjuntura em que cada questão internacional é disputada, e, tantas vezes, de forma abrupta. A intensidade e a abrangência das formas de contacto, que se tornaram possíveis pela revolução tecnológica, não operaram o milagre de eliminar os conflitos e de implantar a concórdia.

O momento requer, de nossa parte, serenidade e confiança em nossas próprias idéias e diagnósticos. Quanto mais tenso é o cenário em que atuamos, de maior utilidade nos serão as reservas de tranqüilidade que pudermos mobilizar, assim como a capacidade de persistir no diálogo e de recriar continuamente a possibilidade de nos entendermos com os países amigos.

Não se realizam, neste final de século, as previsões sobre a obsolência da diplomacia. Ao contrário, ela é invocada em campos muitas vezes inesperados; a habilidade política, no sentido de in-

venção de caminhos de entendimento entre os países, é crescentemente necessária porque cada vez é mais rica a tessitura da convivência internacional.

O Brasil também pedirá muito ao diplomata. Somos um país em desenvolvimento, portanto em plena construção. Nossos ideais são sólidos. No plano político, sob a inspiração e a liderança do Presidente João Figueiredo, caminhamos para a consolidação do processo de institucionalização democrática. No plano econômico, buscamos realizar nossas potencialidades, ao mesmo tempo que nos empenhamos por formas mais justas e equilibradas de distribuição de renda entre pessoas e entre regiões e por uma efetiva igualdade de oportunidades a todos os brasileiros.

Para cada etapa haverá exigências diplomáticas específicas, e que serão modeladas pela própria afirmação democrática. Sublinharia, então, duas delas, que me parecem relevantes. Em primeiro lugar, a necessidade de uma atenção permanente para ligar as oportunidades que o sistema internacional oferece às necessidades do interesse nacional. E, de outro lado, o esforço para que cada movimento, no plano externo, seja uma efetiva projeção do que é autenticamente brasileiro.

Neste aspecto particular, devo sublinhar que tenho muita confiança em meus jovens colegas. Escolher ser diplomata no Brasil de hoje é algo que, além da vocação, requer convicção e empenho. As inclinações pessoais não serão por si só suficientes se não forem acompanhadas da consciência de que a tarefa é política e impõe lealdade e disciplina.

Quando anoto o interesse crescente de gerações jovens pelo trabalho diplomático, sinto de alguma forma que nossas ações cotidianas exprimem com clareza a autenticidade brasileira. Não são suficientes bons princípios e um bom corpo técnico para fazer boa diplomacia; é necessário também que o trabalho tenha fluência, tenha naturalidade, que expresse características da própria nacionalidade. O Itamaraty é respeitado dentro e fora do país porque cuida em preservar essa autenticidade.

Não quero dar nenhuma conotação abstrata à idéia de autenticidade. Nesse sentido, lembraria que boa parte das idéias sobre o Brasil acentua a tendência do povo brasileiro ao convívio. Na sua tradução diplomática, a melhor manifestação dessa tendência é a confiabilidade do país como parceiro. O Brasil é ouvido na comunidade internacional porque dá demonstrações claras de sua vontade de boa convivência, modelada pelas regras básicas do respeito mútuo e pela busca incessante de novos modelos de cooperação.

A diplomacia que o Brasil pratica é franca. O padrão típico de nossa atitude internacional é, sem dúvida, o esforço de ligar

claramente a afirmação de princípios ao comportamento cotidiano. Acreditamos em nossos valores, no rigor com que cumprimos as normas da não-intervenção e do respeito à autodeterminação, na disposição de encontrar meios pacíficos de solução de controvérsias e de respeitar as regras do direito internacional, na possibilidade de que nos encontros diplomáticos não sejam necessárias expressões de disputa de poder, mas essencialmente oportunidades de conhecimento mútuo e de encontro de formas proveitosas de vantagens recíprocas.

Acreditamos em nossos valores não por idealismo ingênuo, utópico, que desconhecesse as regras duras da luta pelo poder. Não por cálculo oportunista, numa concepção em que os valores só teriam vigência enquanto não alcançássemos o patamar de poder que nos autorizaria os comportamentos de potência. Não por uma instrumentação de tipo ideológico, com o intuito de conseguir posições circunstanciais. Não seriam esses os caminhos que constituiriam a melhor interpretação do sentido da diplomacia brasileira.

Nossos valores têm outra origem e outra vocação. Sua adoção é sincera porque, de um lado, exprime o próprio sentido de convivência, tão forte no brasileiro; e, de outro, é melhor modo de combinar, numa perspectiva histórica, a realização imediata do interesse nacional com as necessidades, que também de nosso interesse específico, de um mundo de Paz e Desenvolvimento. Se existe uma lição de sabedoria institucional, é a de que não há boa diplomacia enquanto não prevalece este sentido de equilíbrio.

Meus jovens colegas,

Desejaria que gostassem de suas tarefas e compreendessem que, em qualquer situação, devem buscar sempre a melhor e mais adequada forma de expressão diplomática da nacionalidade. Os senhores serão chefes desta Casa já no início do século XXI, e devo confessar-lhes minha íntima esperança de que encontrem um mundo melhor, mais justo e mais pacificado; de que nossos esforços e esperanças de hoje, sobretudo os que se voltam para a construção de um sistema internacional reformado, sejam a realidade cotidiana naquele momento.

Senhor Presidente,

Não preciso lhe dizer da honra que temos, como diplomatas, de recebê-lo no Itamaraty. A orientação segura, objetiva, clara, que Vossa Excelência tem imprimido à diplomacia brasileira é que nos permite alcançar este equilíbrio entre a manutenção das virtudes de uma tradição bem estabelecida e o cuidado na transformação exigida pela conjuntura. Tenho certeza, ademais, de que sua lide-

rança pessoal no processo de projeção política do país é fator básico para a confirmação do sentido de confiabilidade que tem a nossa diplomacia.

Não menor é nossa honra, como brasileiros, e por todos os motivos, de recebê-lo aqui.

Muito obrigado."

PROFESSORES DO INSTITUTO RIO-BRANCO

Ana Maria Villela

Bacharel em Direito pela UFMG (1960); Docteur d'État (Droit privé), pela Faculté de droit et sciences économiques de l'Université de Paris (1970), hoje Paris II; Ainda na Universidade de Paris: D.E.S. de droit privé (1963); D.E.S. de sciences criminelles (1969); Certificado de habilitação ao Doctorat de l'Université (droit civil), 1962; Curso de Direito Comparado e Brevet de terminologia jurídica: francês-alemão, no Institut de droit comparé, da Universidade de Paris, 1962; Na Faculté internationale pour l'enseignement du droit comparé (Strasbourg): Vários cursos de especialização em Direito Comparado, de 1962-1973, a saber: em Strasbourg, Helsinki, Ljubljana, Trieste, Pescara, Teerã e Istambul; Na Universidade de Londres: Curso de LL.M., King's College, 1979; Pesquisa em vista de um livro, posteriormente publicado, no Institute of Advanced Legal Studies, 1979; Na Academia de Direito Internacional de Haia: Diploma do Centre de recherches de droit international et Relations Internationales, 1977 (Tema: Rios internacionais); Cursos de Direito Internacional Público e Privado, 1972, 1974; Curso e treinamento em Direito internacional, pelo UNITAR/ONU, 1974; Na Université Libre de Bruxelles: Estágio patrocinado pela OEA sobre "Aspectos jurídicos e econômicos da integração européia", 1972. No Institut Universitaire International de Luxembourg: Curso sobre: "Influência da Comunidade Econômica Européia sobre o Direito Internacional Privado dos países membros", 1979; Na Universidade de Roma: Cursos e pesquisas no Instituto de Direito Romano, 1981; Ainda na Itália: Pesquisas no UNIDROIT (Instituto Internacional para a Unificação do Direito Privado), 1981; Ministrou, na Universidade de Salermo, curso sobre: Relações Itália-Brasil, no Direito Internacional Privado Brasileiro, março de 1981; Na Universidade Externado de Colômbia: Relatora básica no Congresso de Direito Romano, que comemorou o bicentenário de nascimento de Andrés Bello, 1981.

Monitora de Direito Civil e de Direito Penal, na Universidade de Paris II, 1966, 1967, 1968; Professora na Universidade de

Brasília, desde 1969, primeiramente no Departamento de Direito, e, depois, no Departamento de Ciência Política e Relações Internacionais; Desde 1977, ministra aulas de Direito Internacional Privado no Instituto Rio-Branco, desde 1979, ministra aulas de Direito do Comércio Internacional no CITRE, Itamaraty; Durante dois anos ministrou aulas na ESAF. Diretora do Centro de Estudos de Direito Romano e Sistemas Jurídicos da Universidade de Brasília; Membro da Câmara de Pesquisa e pós-graduação da UnB; Ex-coordenadora do mestrado em Direito e Estado da UnB; Ex-membro do Conselho Universitário da UnB; Ex-subchefe do Departamento de Direito da UnB; Ex-subchefe do Departamento de Relações Internacionais da UnB; Ex-Vice-Diretora da Faculdade de Estudos Sociais da UnB. Disciplinas atualmente sob sua responsabilidade na UnB: Sistemas de Direito Contemporâneo; Direito das Sociedades Comerciais; Direito Romano das Institutas; Direito Internacional dos Negócios.

Publicações: La transmission d'hérédité en droit français et en droit brésilien, Paris, Libraires techniques, 1970; O divórcio no Direito Internacional Privado Brasileiro, Rio, Forense, 1980; Desde 1973, responsável pela rubrica "Brésil", do Annuaire Français de Législation Étrangère; Le droit international privé brésilien et la question du divorce, in Revue critique de droit international privé, Paris, Sirey, 1980; Várias outras contribuições em revistas e obras coletivas publicadas no Brasil e no exterior.

Antonio Augusto Cançado Trindade

Grau Ph.D. pela Universidade de Cambridge, Inglaterra, com a tese "Developments in the Rule of Exhaustion of Local Remedies in International Law" (em 2 vols. 1728 págs.): tese premiada com o "Yorke Prize", concedido pela Faculdade de Direito da Universidade de Cambridge como a melhor das teses de Ph.D. (Doutorado) defendidas naquela Universidade, na área de Direito Internacional, no biênio 1977-1978; grau LL.B. em Direito Internacional Universidade de Cambridge (1973), diploma em Direito Internacional e Comparado, Instituto Internacional de Direitos Humanos, Universidade de Strasbourg (1974); Certificado em Direito Internacional do Seminário da Comissão de Direito Internacional da ONU (Genebra, 1975); Certificado de Pesquisa em Direito Internacional do Centro de Pesquisas da Academia de Direito Internacional de Haia (1974); bacharel em Direito pela Universidade Federal de Minas Gerais

(1º prêmio em Direito Civil, 1971); Licenciado em Letras pela Universidade Federal de Minas Gerais (1969).

Obras de Direito Internacional. Livros: "Princípios do Direito Internacional Contemporâneo" (Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1981); "The Application of the Rule of Exhaustion of Local Remedies in International Law" (Cambridge, Cambridge University Press, 1981, no prelo – livro baseado na tese de Ph.D. do autor); "International Positions of Brazil at the Multilateral Level" (Washington, Johns Hopkings University, 1982). Monografias e Relatórios: "The Domestic Jurisdiction of States in the Practique of the United Nations and Regional Organisations", relatório apresentado ao Centro de Pesquisas da Academia de Direito Internacional de Haia em 1974, e publicado em 1976 no "International and Comparative Law Quarterly" de Londres (vol. 25); "O Estado e as Relações Internacionais" (Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1979); "Delimitação de Competências entre a ONU e os Estados Membros e suas Implicações para a Solução Pacífica de Controvérsias Internacionais", relatório apresentado às II Jornadas Latinoamericanas de Derecho Internacional em 1980 (Santiago, Universidad de Chile, 1981); dentre outros. Artigos: mais de sessenta artigos publicados até o presente nos principais periódicos de Direito Internacional de quinze países, dentre os quais: "Archiv des Volkerrechts" (Tübingen, 1977); "Revue belge de droit international" (Bruxelas, 1976); "Jahrbuch für internationales Recht/German Yearbook of International Law" (Kiel, 1979); "International and Comparative Law Quarterly" (Londres, 1976 e 1979); "Revue de droit international de sciences diplomatiques et politiques" (Genebra, 1977 a 1981); "Indian Journal of International Law" (Nova Délhi, 1976 e 1978); "Nederlands Tijdschrift voor international Recht" (Leiden, 1977); "Rivista di Diritto Internazionale" (Milão, 1978); "Revue des droits de l'homme – Droit international et comparé" (Paris, 1976 e 1977); "Cahiers de droit européen" (Bruxelas, 1978); "Cambridge Law Journal" (Cambridge, 1977); "Österreichische Zeitschrift für offentliches Recht" (Viena, 1978); "Philippine Law Journal" (Filipinas, 1978); "Malaya Law Review" (Cingapura, 1976); "Revista de Direito Público" (São Paulo, 1979); "Arquivos do Ministério da Justiça" (Brasília, 1979 a 1981); "Revista Brasileira de Estudos Políticos" (Belo Horizonte, 1981); "Revista de Informação Legislativa do Senado Federal" (Brasília, 1979 a 1981); "Revista da Faculdade de Direito da UFMG" (Belo Horizonte, 1976 a 1979); e vários outros. Contribuições a Coletâneas: "O Impacto

de Tratados e Resoluções nas Relações Internacionais na América Latina", in "Curso de Derecho Internacional" (Organizado pela Comissão Jurídica Interamericana), 1981, vol. VIII, Secretaria Geral da OEA; "Evolução, Balanço e Perspectivas do Sistema Interamericano ao Início da Década de Oitenta", in "Curso de Derecho Internacional", 1982, vol. IX, Secretaria Geral da OEA, no prelo; Prefácio à Reedição dos "Apontamentos para o Direito Internacional" de A. Pereira Pinto (em 4 vols), Projeto "Memória Jurídica Nacional", Brasília, Imprensa Nacional, 1980; "O Direito Internacional em Debate com Raymond Aron", in "Aron na UnB", Coleção "Itinerários", Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1981; "As Organizações Latino-Americanas e sua Influência nas Relações Internacionais", in "Anuário Jurídico Interamericano", OEA, 1982, no prelo; dentre outros.

Experiência Profissional: Professor Adjunto III do Quadro Docente da Universidade de Brasília, área de Direito Internacional (desde 1978-1979); Chefe do Departamento de Ciência Política e Relações Internacionais da Universidade de Brasília (1979-1982); Professor Visitante nas Universidades de Londres, Milão e Salermo, 1982; Professor Titular Visitante da Universidade de Los Andes, Mérida, Venezuela, autor das Conferências "Simón Bolívar" de Direito Internacional de 1981/82; Professor de Direito Internacional Público II no Instituto Rio-Branco (1979-1982); Assessor Jurídico do Escritório da Organização das Nações Unidas em Genebra (dez. 1978-mar. 1979); Assessor da Delegação Brasileira na VI Conferência da Comissão Mista Brasileiro-Francesa Demarcadora de Limites (1981); Professor Visitante, a convite do Governo dos Estados Unidos (Universidade de Harvard, Tufts, Denver, U.C.L.A. — Berkeley, Stanford, fev-mar. 1980); Coordenador de Pesquisas do Projeto "Memória Política Nacional", Grupo "Relações Internacionais", Convênio Câmara dos Deputados/Universidade de Brasília, 1979; Conferencista do Curso de Direito Internacional da Comissão Jurídica Interamericana da OEA (1981 e 1982), e do Curso de Formação e Treinamento de Diplomatas no Suriname (1981); Relator de tema nas II Jornadas Latino-Americanas de Direito Internacional, Chile (1980); Editor Correspondente (do Brasil) dos "International Legal Materials" (dez. 1981 em diante); Editor Executivo da Revista "Relações Internacionais" (Brasília, UnB, 1979-1980); Membro das Congregações de Carreira e Graduação e Pós-Graduação (1979-1981) e de Banca Examinadora de Dissertação de Mestrado, área de Organizações Internacionais (nov. 1979), Universidade de Brasília; Conferencista da Escola de Ciências Internacionais, Universidade Central de Quito, Equador (nov. 1981) e na Universidade Simón Bolívar, Caracas, Venezuela (nov. 1981); Coordenador do VI Seminário sobre Política Exterior do Brasil, UFMG, 1981; Representante correspondente, do Brasil, junto à UNESCO, para seu programa de Direitos Humanos; Co-Coordenador e orientador de teses do Curso de Pós-Graduação "Relações Internacionais na América Latina", UnB, 1982; Presidente da Comissão de Implantação do Mestrado em Relações Internacionais, Universidade de Brasília (1981); Examinador do concurso vestibular, Instituto Rio-Branco (Direito, 1979); Professor Contratado do Departamento de Ciência Política da UFMG, Assessor do Serviço de Relações Internacionais da reitoria da UFMG, e Auxiliar de Ensino da UFMG mediante concurso público (1971-1972); Participação, a convite, como relator ou debatedor, de inúmeros congressos internacionais na área do Direito Internacional, no Brasil e vários outros países (1975-1981).

Associações Científicas e Profissionais: Sociedade Brasileira de Direito Internacional (associado); International Law Association (seção britânica); British Institute of International and Comparative Law; Centre International de Formation et de Recyclage des Enseignants de Droit (Strasbourg); American Society of International Law; Indian Society of International Law (membro convidado); Institute of Advanced Legal Studies (Londres); Cambridge University Philosophical Society; Conselho Brasileiro de Relações Internacionais (sócio titular fundador e membro do comitê Diretivo); Fundação Brasileira de Direito Econômico (membro fundador e ex-Diretor); Inter-American Bar Association (Co-Presidente do Comitê de Direitos Humanos); Ordem dos Advogados do Brasil (seção de Minas Gerais); Fundação Alexandre de Gusmão (membro do Conselho Diretor) do M.R.E.; dentre outras.

Augusto Estellita Lins

Escola Naval de Villegaignon, 1948; Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais, PUC/RJ, 1953; Curso de Preparação à Carreira de Diplomata, IRBr, 1954; Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas, IRBr, 1955; Curso de Informações, Escola Superior de Guerra, 1966; Curso de Política Internacional, Instituto de Estudos Latino-Americanos, Universidade Internacional de Estudos Sociais Pro-Deo, Roma, 1971; Curso de Artes Gráficas, SENAI–DR/DF, 1975; Curso de Organização e Métodos, BCCL Consultores, DF, 1976; Curso de Altos Estudos, Escola Superior de Guerra, 1976; English Literature, IBI, 1976.

Terceiro Secretário, 1955; Segundo Secretário, 1961; Primeiro Secretário, 1966; Conselheiro, 1973; Ministro de 2ª Classe, 1978.
Auxiliar do Secretário-Geral de Política Exterior, 1967-1968; Assistente do Chefe da Divisão de Segurança e Informações, 1968; Chefe da Divisão de Divulgação Documental, 1976/81. Chefe da Divisão de Documentação Diplomática, 1981; Chefe da Divisão de Divulgação Documental, 1981/82.
Antuérpia, Vice-Cônsul, 1958/60; Antuérpia, Encarregado do Consulado Geral, 1958 e 1959; Quito, Terceiro Secretário, 1960/61; Quito, Segundo Secretário, 1961/63; Quito, Encarregado de Negócios, 1962 e 1963; São José, Segundo Secretário, 1963/65; São José, Encarregado de Negócios, 1964 e 1965; Vaticano, Primeiro Secretário, 1968/71; Vaticano, Encarregado de Negócios, 1969; Soberana Ordem de Malta, Encarregado de Negócios, 1968, 1969, 1970 e 1971; Buenos Aires, Primeiro Secretário, 1971/72; Buenos Aires, Conselheiro, 1972/76; São Salvador, Encarregado de Negócios, 1979.
Membro da "Academia de Abogados" do Equador; Membro da Associação Nacional de Escritores.
Ordem do Mérito Naval, Oficial; Ordem do Mérito Militar, Oficial; Ordem do Mérito do Trabalho, Oficial; Medalha do Pacificador; Medalha Lauro Muller; Ordem Nacional "Al Merito", Oficial, Equador; Soberana Ordem Militar e Hospitalar de São João de Jerusalém, dita de Rodes, Oficial, Cavaleiro, Malta; Ordem de São Gregório Magno, Comendador, Santa Sé.
Autor de obras de poesia, ficção e ensaios.

Dad Abi Chahine Squarisi

Bacharelato e Licenciatura em Letras, Universidade de Brasília, 1971; Especialização em Lingüística, PUC/RS, 1978; Mestrado em Teoria da Literatura, PUC/RS, 1979; Especialização em Lógica Matemática, PUC/RS, 1979; Curso de Especialização sobre América Latina, UnB, 1980.
Treinamento em ensino audiovisual para professores de Português dos Centros de Estudos Brasileiros no Exterior, UnB, 1972; Membro da equipe de pesquisadores encarregada dos trabalhos de coleta de material, análise e redação relativos ao Projeto de Modernização de Estruturas e Métodos de Ensino do Português para Aloglotas, programado pelo Ministério das Relações Exteriores, sob responsabilidade do Instituto de Letras da UnB, 1972; Professora de Língua Portuguesa, Literatura Brasileira e Coordenadora da Seção Didática do Instituto de Cultura Uruguaio-Brasileiro, Montevidéu, 1974/76.

Obras publicadas: Sintaxe — Instrução Programada, Editora Marco, Brasília, 1971; Cronograma — Programa de Português para os Centros de Estudos Brasileiros da América Latina (co-autora), 1972; Comunicação em Prosa e Verso (co-autora), Editora do Brasil, São Paulo, 1973; Leitura para Conversação, Instituto de Cultura Uruguaio-Brasileiro (revisão, ampliação e atualização), Montevidéu, 1975; Viagem pelo Brasil em Imagens (coordenadora e co-autora), Instituto de Cultura Uruguaio-Brasileiro, Montevidéu, 1975; Módulos de Ensino Personalizado de Português para o 1º Grau, CETEB/MEC, Brasília, 1976/77; Lições de Português para Hispano-americanos (coordenação, revisão, atualização e ampliação), Editora Globo, Porto Alegre, 1977; Módulos de Ensino Personalizado: Literatura Brasileira, 2º grau; Educação Artística, 1º grau (co-autora); Educação Artística, 2º grau, CETEB, Brasília, 1978; Unidades Instrucionais Planejadas: Documentação e Arquivo; Organização e Métodos e Introdução à Administração Geral, IDR/GDF, Brasília, 1979; Unidades de Ensino Personalizado: SUCAM — Natureza de sua Organização (co-autora); Português (co-autora); Atos Administrativos (co-autora), FUBRAS — Fundação Franco-brasileira de Pesquisa e Desenvolvimento, Brasília, 1979; Módulos de Língua Portuguesa, CETEB, Brasília, 1980; Curso de Língua Portuguesa, MEC, 1981; Instrumentos de Ensino Personalizado de Língua Portuguesa, FUNCEP/DAS, Brasília, 1981.

Conferências proferidas na Fundação Educacional do Distrito Federal, Instituto de Cultura Uruguaio-Brasileiro, Montevidéu, Clube Brasileiro em Montevidéu, Universidade de Brasília. Crítica Literária nos jornais José e Jornal de Brasília.

Gelson Fonseca Junior

Bacharel em Direito, Faculdade de Direito, UEG; Curso de Preparação à Carreira de Diplomata, IRBr.

Terceiro Secretário, 1970; Segundo Secretário, 1973; Primeiro Secretário, 1977; Conselheiro, 1980.

Auxiliar do Chefe da Divisão da Organização dos Estados Americanos, 1970/73; Assistente do Chefe do Departamento de Organismos Regionais Americanos, 1973; Assistente do Chefe da Divisão da África II, 1976/77; Assessor do Ministro de Estado, 1977/82.

Washington, Segundo Secretário, 1973/76.

Ordem do Rio Branco, Oficial; Prêmio Rio Branco; Prêmio Universidade do Estado da Guanabara.

Hamilton de Mattos Monteiro

Bacharel em História, UFF, 1972; Doutor em História, USP, 1978.

Professor de História da Faculdade do Centro Educacional de Niterói, 1973/78; Professor de História do curso de Arquivologia da Universidade do Rio de Janeiro (UNIRIO), 1976/78; Professor Visitante do curso de Mestrado em História, Universidade Federal de Goiás; Professor do curso de Graduação em História, UnB, 1978/82; Professor do curso de Mestrado em História, UnB, 1979/82; participação em bancas de Mestrado na UnB; conferências pronunciadas na Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Universidade Federal Fluminense e Universidade Autônoma Metropolitana do México; participação em diversos congressos e simpósios de História.

Livros publicados: "Violência no Nordeste", São Paulo, USP, 1978 (tese apresentada na USP para obtenção do título de Doutor em História); "Crise Agrária e Luta de Classes", Brasília, Ed. Horizonte, 1980; "Nordeste Insurgente", São Paulo, Ed. Brasiliense, 1981.

Artigos publicados: Introdução à obra "Cartas aos Netos", de Cristiano Benedito Ottoni, Rio de Janeiro, Ministério da Justiça/Arquivo Nacional, 1978; Catálogo da Exposição de Impressos Raros do Arquivo Nacional, Rio de Janeiro, 1977; O Ronco da Abelha (a revolta contra o registro civil), *in* Anais do Museu Paulista, tomo XXVIII, São Paulo, USP, 1977; O Outro Lado de Cristiano Benedito Ottoni, *in* Mensário do Arquivo Nacional, Rio de Janeiro, 1977, ano VIII, nº 5; O Tratamento de Escravos em Pernambuco, *in* M.A.N., ano VIII, nº 3, 1977; Arquivos Particulares no Arquivo Nacional, *in* M.A.N., ano VI, nº 10, 1975; Da Revolução de Julho ao Sete de Abril: o Papel da Imprensa na Abdicação de D. Pedro I, *in* M.A.N., ano VI, nº 5, 1975; Levantamento de Jornais Políticos; Acervo da Biblioteca do Arquivo Nacional, *in* M.A.N., ano V, nº 12, 1974; Aspectos Políticos dos Linchamentos no Rio de Janeiro, *in* M.A.N., ano V, nº 10, 1974.

Iduna Evangelina Weinert

Bacharel em Direito, com especialização em Direito Administrativo, UnB; Mestrado em Direito, área de Direito e Estado, UnB, 1977.

Professora Visitante: Instituições de Direito Público e Privado e Direito Constitucional, UnB, 1977/1978; Professora Colaboradora: Direito Constitucional, UnB, 1979/1982; Departamento de Direito, UnB, 1980; membro da banca examinadora do concurso público para provimento de cargos de técnicos judiciários do Supremo Tribunal Federal, 1977; expositora em curso de extensão do Departamento de Direito, UnB, 1977; Primeira Jornada Norte-Americana, UnB/Casa Thomas Jefferson, 1976; debatedora no Seminário sobre Federalismo, UnB, 1980; membro suplente da banca examinadora das dissertações de Mestrado, Departamento de Direito, UnB.

Auxiliar Judiciário do Tribunal de Justiça do Distrito Federal, 1961/1968; Auxiliar Legislativo da Câmara dos Deputados, 1968/1974; Secretária do líder do Governo no Senado Federal e Presidente da Aliança Renovadora Nacional, Senador Petrônio Portela, 1974/1975; Assessora Judiciária do Supremo Tribunal Federal, 1975/1978; Assessora de Ministro do Supremo Tribunal Federal, 1978/1980; Procuradora da República, 1ª categoria, 1980/1982.

Obras: "O Supremo Tribunal Federal", livreto informativo, STF, 1976 (pesquisa e redação); "Representação por Inconstitucionalidade", STF/Senado Federal, 1976 (revisão geral e índices); "Extradições — Julgamentos e Legislação", STF, 1976 (revisão geral e índices); artigos na "Revista de Informação Legislativa" do Senado Federal: "Prescrição, Decadência, Caducidade, Preclusão e Perempção" (RIL nº 43); "A Teoria da Ação Finalista de Hans Welzel" (RIL nº 51); "Da Eqüidade de Direito Positivo Comparado" (RIL nº 60); "Aspecto Político da Atuação do Supremo Tribunal Federal no Julgamento das Argüições de Relevância" (RIL nº 56; também publicado na Revista da Procuradoria Geral do Distrito Federal, n.º 21); "A Argüição de Relevância na Questão Federal" (RIL nº 61); "Prerrogativas do Poder Legislativo" (RIL nº 69).

Jaime Villa-Lobos

Bacharel e Licenciado em Letras Anglo-Germânicas, FNF-UB; Curso de Extensão em Literatura Americana, UB/RJ; Curso de Preparação à Carreira de Diplomata, IRBr; Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais, FD/RJ; Curso da Academia de Direito Internacional de Haia; Curso de Teoria Musical da Escola Nacional de Música da UB; Curso do Centro de Instrução de Oficiais da Reserva da Marinha do Brasil (CIORM).

Cônsul de Terceira Classe, 1961; Segundo Secretário, 1965; Primeiro Secretário, 1972; Conselheiro, 1977; Ministro de Segunda Classe, 1980.

Assistente do Chefe da Divisão do Pessoal, 1962; Chefe da Divisão de Turismo, 1971/72; Gabinete do Secretário-Geral-Adjunto para Organismos Regionais Americanos, 1972/73; Assistente do Chefe da Divisão do Oriente Próximo, 1973; Assistente do Chefe da Divisão de Ciência e Tecnologia, Departamento Cultural, 1974; Chefe da Divisão de Difusão Cultural, 1979/80; Chefe, substituto, do Departamento de Cooperação Cultural, Científica e Tecnológica, 1980/82.

Bruxelas, CEE, Terceiro Secretário, 1963/65; Bruxelas, CEE, Segundo Secretário, 1964/65; Bruxelas, CEE, Encarregado de Negócios, 1964 e 1965; Belgrado, Segundo Secretário, 1966/68; Sófia, Encarregado de Negócios, 1966; Belgrado, Encarregado de Negócios, 1966 e 1967; Montevidéu, Segundo Secretário, 1968/71; Paris, UNESCO, Primeiro Secretário, 1975/77; Paris, Conselheiro, 1977/79.

Professor Assistente do Departamento de Português, Universidade de Illinois.

José Carlos Brandi Aleixo

Doutor (PH.D) em Ciência Política por "Georgetown University", Washington, D.C. (1963-1968); Diploma registrado na Universidade Federal de Minas Gerais em 3-7-1970; Licenciatura em Teologia pela Universidade Pontifícia de Comillas, Santander, Espanha (1958-1962); Licenciatura em Letras Clássicas pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (1953-1957); Licenciatura em Filosofia pela Faculdade de Nova Friburgo, Estado do Rio de Janeiro (1953-1955); Diploma do Curso Superior de Guerra da Escola Superior de Guerra (1975). Membro da PI SIGMA ALPHA "The National Political Science Honor Society" dos Estados Unidos da América do Norte; Membro Titular do Instituto Brasileiro de Filosofia; Membro da Sociedade Brasileira de Filósofos Católicos; Membro da "International Political Science Association"; Membro da "Latin American Studies Association"; Membro da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência; Ordem do Rio-Branco, Oficial.

Congressos da IPSA (1976 e 1979); Seminários do Programa de Estudos das Relações Internacionais Latino-Americanas (1979, 1980, 1981); Matérias lecionadas na Universidade de Brasília no período de 1969 a 1981: Graduação: Introdução à Ciência Política, Teoria Política I, Teoria Política II, Relações Interamericanas, Relações Internacionais, Política Latino-Americana, Política Externa Brasileira; pós-graduação: Relações Internacionais, Organizações Diplomáticas Internacionais, Organizações e Relações Interamericanas; Ex-Chefe do Departamento de Política (1969); Ex-Chefe do Departamento de Ciência Política e Relações Internacionais (1976—1978); Coordenador do Curso de Especialização sobre "Relações Internacionais na América Latina".

Principais trabalhos publicados — "The Catholic Church and Elections" 1969; "A Integração Latino-Americana. Considerações Políticas e Históricas sobre suas Bases, Processo e Significado", 1970; "A Política Demográfica do Brasil" (Revista de Ciência Política 1974); "Migrações Internacionais de Pessoal Qualificado" (Revista Brasileira de Estudos Políticos 1974); "Pedro Aleixo. Testemunhos e Lições" (1976); "O Conflito El Salvador-Honduras e a Integração Centro-Americana" (Revista de Ciência Política, 1977); "Democracia Representativa" (Revista de Informação Legislativa 1977); "A Complexa Natureza das Relações Internacionais" (Jornal de Brasília 1979); "A Democracia no Mundo Contemporâneo e no Brasil" (1981); "O voto do analfabeto" (Revista de Informação Legislativa 1981); Características Gerais da Política Externa do Brasil (Revista Paranaense de Desenvolvimento), 1982.

José Ferreira Lopes

Diploma de Economia, Faculdade Nacional de Ciências Econômicas, Universidade do Brasil, RJ; Curso de História Comparada Brasil-Portugal, do Real Gabinete Português de Leitura, Rio, 1957; Curso de Preparação à Carreira de Diplomata, IRBr; Doutorado em Economia, Universidade de Ottawa, Terceiro Secretário, 1961; Segundo Secretário, 1966; Primeiro Secretário, 1972; Conselheiro, 1978; Ministro de Segunda Classe, 1982.

Assistente do Secretário-Geral-Adjunto para Assuntos Econômicos, 1970/71; Chefe, interino, da Divisão de Feiras e Exposições Comerciais, 1971/72; Chefe, interino, da Divisão da África, 1973; Chefe da Divisão da África-I, 1980.

Ottawa, Terceiro Secretário, 1963/66; Montreal, Chefe, interino do SEPRO, 1963; Ottawa, Encarregado de Negócios, 1964; Ottawa, Segundo Secretário, 1966; Londres, Segundo Secretário, 1966/70; Londres, Chefe do SEPRO, 1966/70; Londres, Primeiro Secretário, 1974/77; Tóquio, Primeiro Secretário, 1977/78; Tóquio, Encarregado de Negócios, 1978; Tóquio, Conselheiro, 1978/80.

Medalha "Lauro Müller"; Ordem do Mérito Agrícola da Costa do Marfim; "Member of the Victorian Order".

José Francisco Rezek

Bacharel em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais, 1962-1966; Diploma de Estudos Superiores de Doutorado em Direito Público pela Faculdade de Direito da UFMG, 1966-1967; Bolsista da *Interamerican University Foundation* para viagem aos Estados Unidos da América, 1965; Diploma da *Harvard University* em curso de extensão: Instituições Americanas; Problemas do Desenvolvimento Econômico; Bolsista do Governo Francês em nível de pós-graduação, 1967-1968, 1970; Integrante do Centro de Estudos e Pesquisas de Direito Internacional e Relações Internacionais da Academia de Direito Internacional de Haia, 1968; Doutor em Direito Internacional Público pela Universidade de Paris, 1970; Pesquisador-visitante na Universidade de Paris, a convite do Governo francês, 1973; Pesquisador de nível pós-doutoral na Universidade de Oxford, em Direito Público Comparado, com o patrocínio do Conselho Britânico, 1978-1979, *Diploma in Law* pela Universidade de Oxford, 1979.

Professor Assistente na Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais mediante concurso público, 1970; Professor de Direito Internacional Público, no curso de Bacharelado, e de Relações Internacionais, no curso de Doutorado, da Faculdade de Direito da UFMG, 1970; Professor de Direito Internacional Público nos cursos de graduação e pós-graduação, e de Direito Constitucional no curso de pós-graduação da Universidade de Brasília, desde abril de 1971; Membro da Comissão Examinadora em concurso público para Auxiliar de Ensino de Direito Internacional Público promovido pela Universidade Federal de Minas Gerais, 1971; Chefe do Departamento de Direito da Universidade de Brasília, 1974-1976; Membro da Comissão Examinadora de tese de doutoramento em Direito Internacional, na Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais, 1976; Membro da comissão de implantação e primeiro Coordenador do Curso de Mestrado em Direito da Universidade de Brasília, 1974-1975; Membro da Congregação de Carreira do Curso de Mestrado em Direito da Universidade de Brasília, 1975-1977; Membro da Comissão de Honra e integrante de debates no 1º Fórum Nacional de Ciências Jurídicas e Sociais, Brasília, 1976; Coordenador do Curso de Extensão sobre a *Integração Latino-Americana,* promovido pelo Departamento de Ciência Política e Relações Internacionais da Universidade de Brasília, 1977; Coordenador do Curso de Extensão sobre a *Imunidade dos Estados Estrangeiros e de seus Agentes à Jurisdição Local,* promovido pela Universidade de Brasília, 1977; Professor de Direito Internacional dos Ciclos de Treinamento de Especialistas em Promoção Comercial do CENDEC, 1977-1980; Conferencista em várias Universidades, órgãos públicos e centros de pesquisa; Diretor da Faculdade de Estudos Sociais Aplicados da Universidade de Brasília, 1978-1979.

Procurador da República mediante concurso nacional, 1972; promovido por merecimento, 1973 e 1974; Assessor do Procurador-Geral da República, 1972-1978; Membro da Comissão designada pelo Procurador-Geral da República para elaborar o anteprojeto de Lei Orgânica do Ministério Público da União, 1974, Representante do Ministério Público Federal na Comissão designada pelo Procurador-Geral da República para elaborar o anteprojeto de Lei Complementar sobre a organização do Ministério Público, 1977; Subprocurador-Geral da República, com exercício junto ao Supremo Tribunal Federal, desde setembro de 1979.

Advogado Judiciário do Estado de Minas Gerais, 1967; Assessor de Planejamento e Controle do Secretário de Estado de Administração, 1969; Secretário Jurídico do Ministro Bilac Pinto no Supremo Tribunal Federal, 1970-1972; Membro da Comissão Examinadora em concurso público promovido pelo Senado Federal para Assessor Legislativo, 1972; Membro da Comissão Examinadora em concurso público promovido pelo Tribunal de Contas da União para Auditor, 1975; Membro da Comissão Examinadora em concurso público promovido pelo Conselho de Justiça Federal para Juiz Federal, 1975; Coordenador do Grupo de Trabalho Interministerial (Justiça-Fazenda-Planejamento) para equacionar, mediante projeto de lei, o problema de guarda e destino dos bens apreendidos em casos de contrabando e descaminho, 1974-1975; Delegado do Brasil às três sessões da Conferência Diplomática para a Reafirmação e o Desenvolvimento do Direito Internacional Humanitário Aplicável aos Conflitos Armados, Genebra, 1974-1975-1976; Presidente da Banca Examinadora em concurso público promovido pela Câmara dos Deputados para Assessor Legislativo, 1977; Representante do Ministério da Justiça no Grupo de Trabalho Interministerial incumbido de examinar o Protocolo Adicional às Convenções de Genebra sobre a proteção das vítimas dos conflitos armados, 1977-1978; Oficial da Ordem do Rio-Branco, 1979; Membro da Comissão designada pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores para a instrução dos processos decorrentes da Lei de Anistia nos quadros do Itamaraty, 1979. Autor de diversas obras, publicadas no Brasil e no exterior.

José Viegas Filho

Curso de Preparação à Carreira de Diplomata, IRBr;

Terceiro Secretário, 1966; Segundo Secretário, 1969; Primeiro Secretário, 1975; Conselheiro, 1979; Ministro de Segunda Classe, 1982.

Assistente do Chefe do Departamento de Assuntos Jurídicos, 1966/67; Assistente do Secretário-Geral-Adjunto para Assuntos Econômicos, 1969; Assessor do Ministro de Estado, 1979/82.

Nova York, Cônsul-Adjunto, 1969/73; Santiago, Segundo Secretário, 1973/75; Santiago, Primeiro Secretário, 1975/79.

Kori Carrasco Dorado

Bacharel em Humanidades, Universidad Mayor de San Andrés, La Paz; Curso de Idiomas, Faculdade de Humanidades e Ciências da Educação, Departamento de Lingüística e Idiomas, Universidad Mayor de San Andrés, La Paz; Licenciatura e Mestrado em Letras, Universidade de Brasília.

Cursos de Arte Espanhola, Gramática em grau superior, Literatura Espanhola em grau superior, História da Espanha, Escuela de Verano Española, Madri; Curso de Teatro, Universidad Mayor de San Andrés, La Paz; Cursos de Poesia Brasileira do Período Modernista, Surrealismo na Literatura Francesa, Teatro Brasileiro e Dramaturgia, Universidade de Brasília.

Professora de Lógica para vestibulandos, Universidade de La Paz, 1969; Monitora de Língua Portuguesa, UnB, 1978/79; Professora de Português para Estrangeiros, UnB, 1979; Professora de Língua e Literatura espanholas, Instituto de Cultura Hispânica, 1978/82.

IV Reunião Nacional de Poetas, La Paz, 1975; I Congresso de Escritores e Poetas, La Paz, 1975; IX, X, XI, XII, XIII Simpósios de Literatura, Brasília, 1977/82; XXVIII Assembléia de Delegados da Confederação Mundial das Organizações dos Profissionais de Ensino, Brasília, 1980. Membro do Teatro Universitário de "San Andrés", Universidad Mayor de San Andrés, La Paz, 1969/71; Membro do "Teatro Alianza Francesa", La Paz, 1971/82; Secretária de Difusão e Promoção da Nova Literatura, do Primeiro Diretório da União Boliviana de Escritores, La Paz; Membro fundador da União Boliviana de Escritores, La Paz.

Autora de livros de poesia e artigos diversos, publicados em La Paz.

Marcos Bezerra Abbott Galvão

Curso de Preparação à Carreira de Diplomata, IRBr.
Terceiro Secretário, 1980; Segundo Secretário, 1982.
Assistente do Chefe da Divisão da América Meridional-II, 1980/82.

Ricardo Luís Santiago

Bacharel em Ciências Econômicas, Universidade Federal de Minas Gerais, 1967; Mestrado em Economia (Master of Arts), Vanderblit University, 1973; Doutor em Economia (Ph.D.) Vanderbilt University, 1976. Extensão e aperfeiçoamento: Problems of Economic Development, Harvard University, 1966; 12th. Session — The Economic Institute, University of Colorado, 1969; Economic Development, Vanderblit University, 1969/70; Energy Investments in the 1980's — Engineering Economic System, Stanford University, 1982.

Diretor de Planejamento e Controle, PLANAVE, 1978/80; Coordenador de Pesquisa, área de energia, IPEA/INPES, 1980/81; Assessor da Superintendência, IPEA/IPLAN, 1982.

Atividade didática: UFMG, Curso de Pós-Graduação em Economia, 1973/75: Professor de Teoria do Comércio Internacional, Teoria Econômica, Análise e Avaliação Econômica de Projetos, Coordenador do Programa de Teses de Mestrado e Membro do Colegiado de Cursos de Mestrado; PUC/RJ: Matemática Aplicada à Economia, 1979; UERJ: Introdução à Economia, 1981.

Coordenador do CEDEPLAR no "Ciclo de Palestras do I Curso de Programa de Treinamento para o Sistema Nacional de Planejamento, Brasília, 1973; Debatedor no 2º Encontro Anual da Associação Nacional de Centros de Pós-Graduação em Economia, Belo Horizonte, 1974; Conferência: "O Comércio Exterior Brasileiro" no Ciclo de Estudos Brasileiros do Centro de Pós-Graduação em Administração da UFMG, 1974; Debatedor no IX Encontro Nacional de Centros de Pós-Graduação em Economia, Olinda, 1981; Conferência: "Planejamento Energético de Médio Prazo: um Enfoque Econômico", no "Encontro sobre o Estudo Energético do Balanço Energético em seus Aspectos Físicos e Econômicos", CETRECON, Petrópolis, RJ, 1981; Debatedor no Seminário Internacional sobre "Processo Decisório em Pesquisa e Desenvolvimento: sua Aplicação na Área de Energia", FINEP/PNUD, Rio de Janeiro, 1981; Membro do corpo editorial de "Pesquisa e Planejamento Econômico", 1981/82.

Roberto Wanderley de Souza Ferreira

Bacharel em Direito, Associação de Ensino Unificado do Distrito Federal; formação em língua estrangeira (russo); participação no Seminário de Introdução à Metodologia Audiovisual para Aplicação do Método Micha (Russo), Rio de Janeiro, fevereiro/1981; Estágio de Atualização Pedagógica sobre Ensino da Língua Russa como Estrangeira, Centre International d'Etudes Pédagogiques (CIEP), Sèvres, França, setembro/1982. Tradutor de russo, São Paulo; intérprete na VI Reunião da Comissão Mista de Comércio Brasileiro-Soviética, outubro/1979; intérprete do Presidente da Câmara dos Deputados por ocasião da visita da Delegação Parlamentar Soviética a Brasília, abril/1980; intérprete na VIII Reunião da Comissão Intergovernamental Brasil-URSS para a Cooperação Econômica, Comercial, Científica e Tecnológica, Brasília, julho/1982; intérprete na Exposição Comercial Brasileira, Moscou, setembro-outubro/1982.

Rubens Ricupero

Curso de Preparação à Carreira de Diplomata, IRBr; Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais, FD-UF/SP; Estágio na AIEA, Viena.

Cônsul de Terceira Classe, 1961; Segundo Secretário, 1964; Primeiro Secretário, 1970; Conselheiro, 1973; Ministro de Segunda Classe, 1978; Ministro de Primeira Classe, 1982.

Oficial de Gabinete do Ministro de Estado, 1961/63; Assessor do Chefe do Serviço de Relações com o Congresso, 1961/63; Chefe da Divisão de Difusão Cultural, 1971/74; Chefe da Divisão da América Meridional II, 1977/80; Chefe, substituto, da Divisão de Fronteiras, 1979/80; Chefe, substituto, do Departamento das Américas, 1980.

Viena, Terceiro Secretário, 1963/64; Viena, Encarregado do Serviço Consular, 1964; Viena, Segundo Secretário, 1964/66; Buenos Aires, Segundo Secretário, 1966/69; Buenos Aires, Chefe do Serviço de Promoção Comercial, 1967/69; Quito, Segundo Secretário, 1969/70; Quito, Encarregado de Negócios, 1969 e 1970; Quito, Primeiro Secretário, 1970/71; Quito, Encarregado de Negócios, 1970 e 1971; Washington, Conselheiro, 1974/77.

Prêmio "Lafayette de Carvalho e Silva"; Prêmio Rio Branco e Medalha de Vermeil, IRBr; Ordem de Rio Branco, Comendador, Brasil; Ordem do Mérito Militar, Comendador, Brasil; Ordem do Mérito Naval, Comendador, Brasil; Medalha Tamandaré, Brasil; Ordem do Mérito, Oficial, Argentina; Ordem do Mérito, Oficial, Áustria; Ordem do Mérito, Oficial, Costa do Marfim; Ordem do Mérito, Oficial, Togo; Ordem do Mérito, Oficial, Gabão; Ordem do Mérito, Oficial, República dos Camarões; Ordem do Mérito, Comendador, Equador; Ordem Francisco Miranda, Comendador, Venezuela; Ordem do Sol, Comendador, Peru.

Sara Burkitt Walker

Bachelor of Arts, Línguas Modernas (francês e espanhol), Universidade de Oxford, 1960/1963; Master of Arts (estudos latino-americanos), Universidade de Londres, 1966/1967; Royal Society of Arts Certificate in the Teaching of English as a Foreign Language, 1972.

Professora de Inglês, C.E.G. Émile Dupont, Alençon — Orne, França, 1963/1964; Professora de Línguas Modernas, Sutton High School, Surrey, Inglaterra, 1964/1966; Conferencista em Técnicas de Versão, British Council London Overseas Student Centre, 1965/1967; Professora no British Council, Curso de Verão, Universidade de Poznan, Polônia, 1967; Conferencista na Sociedade Brasileira de Cultura Inglesa, Rio de Janeiro, 1967/1969; Professora-Chefe, Sociedade Brasileira de Cultura Inglesa, Brasília, 1969/1972; Diretora de Ensino, Instituto Britânico Independente (IBI), Brasília, 1972/1982.

Oficial da Ordem de Rio Branco.

Sergio França Danese

Bacharel em Letras (Português, Francês e Espanhol), FFLCH/SP, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas.

Terceiro Secretário, 1981.

Assistente do Chefe da Divisão da América Meridional-I, 1982.

Stella Maris Bortoni de Figueiredo Ricardo

Licenciatura em Letras Modernas, Português-Inglês, Universidade Católica de Goiás, 1963/64; Mestrado em Lingüística, Universidade de Brasília, 1977; Doutorado em Lingüística (em andamento), Universidade de Lancaster, Inglaterra; cursos de especialização em Lingüística: Análise Sociolingüística, UnB, 1978; Tópicos de Filosofia da Linguagem, UnB, 1979; Variação Lingüística no Léxico do Português, UnB, 1981; cursos de pós-graduação: "Summer Linguistics Program", Universidade do Texas em Austin, 1979; Atualização em Sociolingüística, Univer-

sidade do Texas em Austin (bolsa de estudos), 1978/79; Programa Regional de Especialização em Educação — FREPES, Universidade Católica de Minas Gerais, 1974/75.

Subchefe do Departamento de Letras da Faculdade de Filosofia da Universidade Católica de Goiás, 1969; Orientadora técnico-pedagógica do Instituto de Idiomas Yázigi, Rio Verde, GO, 1971/72; Diretora do Curso de Letras Modernas de Rio Verde, Extensão da Universidade Católica de Goiás, 1971; Diretora da Faculdade de Filosofia de Rio Verde, 1972/74.

Professora de Língua Portuguesa, Lingüística e Didática Especial do Inglês, Faculdade de Filosofia de Rio Verde, 1972/75; Professora de Língua Inglesa e Didática Especial do Inglês, Curso de Letras Modernas de Rio Verde, Extensão da Universidade Católica de Goiás, 1971; Professora de Filologia Portuguesa, Universidade Católica de Goiás, 1969; Professora de Língua Portuguesa e Lingüística, UnB, 1975/82.

Apresentação de trabalhos nos seguintes encontros: Second Symposium on Portuguese Traditions, University of California, 1979; 8th LACUS (Linguistic Association of Canada and the United States) Forum, Toronto, 1981; IV, V e VI Encontro Nacional de Lingüística, PUC/RJ, 1979, 1980, 1981. Conferencista na Universidade Católica de Goiás, Faculdade de Filosofia de Rio Verde, UnB, Casa Thomas Jefferson, 1972/81.

Trabalhos publicados: A Odisséia (adaptação em prosa), Rio, Mattos Peixoto, 1964; "What could it be", *in* Nota Bene, Lake Eric College Literary Anual, 8, 1965; Curso Prático de Língua Portuguesa: I — a coordenação; II — a subordinação, 2 vols.; III — concordância verbal e nominal; IV — a variabilidade lingüística, Brasília, MEC/DSU, 1977/78; Projeto Logos II: Língua Portuguesa (participação), MEC/DSU/CETEB, 1978; "A língua portuguesa no Brasil", *in* Letras de Hoje, 34, 1978; "O pronome 'se' apassivador?", *in* Meridiano, Universidade do Texas, 7/8, 1978; "Adequação das máximas de conversação de Grice: brevidade", *in* Anais do IV Encontro Nacional de Lingüística, PUC/RJ, 1979; "O fator cultural na compreensão da leitura" (co-autora), id. ib.; "Linguagem masculina e feminina: o emprego da gíria", *in* Anais do V Encontro Nacional de Lingüística, PUC/RJ, 1980; "A concordância verbal em português: um estudo de sua significação social", id. ib. (também *in* Ensaios de Lingüística Aplicada ao Português, Brasília, Thesaurus, 1981); "Por que a tradutologia precisa do sociolingüista", *in* Estudos de Tradutologia, Brasília, Kontact, 1981; "Diversidade lingüística: uma nova abordagem do processo educacional", *in* Revista Brasileira de Tecnologia, Brasília, CNPq, 12 (4), 1981; "Análise e diagnose de erros no ensino da língua materna", *in* Anais do VI Encontro Nacional de Lingüística, PUC/RJ, 1981; "O fator cultural na compreensão da leitura" (co-autora), *in* Ensaios de Lingüística Aplicada ao Português, Brasília, Thesaurus, 1981.

LEGISLAÇÃO

EDITAL

O Diretor, substituto, do Instituto Rio-Branco faz público que, na forma do Decreto nº 79.556, de 20 de abril de 1977, e das Portarias nºs 450 e 451 da mesma data, do Ministro de Estado das Relações Exteriores, alteradas pela Portaria nº 483, de 17 de abril de 1979, estarão abertas, no período de 1º a 31 de março de 1982, as matrículas para o Sexto Curso de Altos Estudos (VI CAE).

2. Poderão solicitar matrícula no VI CAE, mediante preenchimento e apresentação do formulário apropriado, os Conselheiros lotados no Brasil e no exterior. O formulário poderá ser obtido na Secretaria do Instituto, e será distribuído às Repartições no exterior.

3. Dependendo do número de candidatos à matrícula, o Instituto poderá estabelecer um limite de vagas, com o propósito de formar turma de dimensão razoável. Neste caso, a seleção dos candidatos far-se-á com base na ordem de antigüidade na classe. A lista dos candidatos matriculados será divulgada até o final de abril de 1982.

4. É a seguinte a relação das disciplinas do VI CAE:

i) Relações Internacionais;
ii) Desenvolvimento Regional do Brasil;
iii) Desenvolvimento Social do Brasil;
iv) Teoria e Problemas do Desenvolvimento Econômico; e
v) Problemas Contemporâneos do Direito Internacional.

5. Os alunos matriculados receberão textos básicos e material informativo adicional sobre as disciplinas acima relacionadas.

6. Ao requerer matrícula, o candidato deverá propor ao Diretor do Instituto o tema para trabalho a ser preparado por escrito, fazendo constar da sua proposta o esquema estrutural, justificativa da escolha e informação sobre as dimensões previstas. Ao conceder a matrícula, o Diretor do Instituto indicará as normas a serem seguidas no preparo do texto, bem como, se for o caso, as alterações a serem obedecidas na formulação do tema.

7. Até o último dia de março de 1983 serão recebidos pelo Instituto os trabalhos propostos, os quais serão submetidos à ava-

liação da Banca Examinadora a ser oportunamente constituída, em conformidade com o Artigo 4º da Portaria nº 451/1977, do Ministro de Estado das Relações Exteriores. Até o final de maio de 1983, será feita a avaliação em apreço, bem como, sucessivamente, a defesa oral a que se refere o Artigo 4º mencionado e o estágio na Secretaria de Estado das Relações Exteriores, cujas características serão anunciadas no momento oportuno.

8. Ao avaliar os trabalhos, a Banca Examinadora terá a faculdade de não tomar conhecimento daqueles que não revelem as qualidades mínimas indispensáveis.

9. A Banca Examinadora adotará os seguintes critérios para avaliação e julgamento dos trabalhos escritos:

1. relevância funcional e utilidade como subsídio para o serviço diplomático brasileiro;
2. aprofundamento do tema tratado;
3. maturidade;
4. originalidade;
5. metodologia adequada;
6. correção de conceitos e pertinência das conclusões;
7. precisão factual;
8. qualidade da linguagem;
9. relevância, riqueza e assimilação das fontes; e
10. apresentação.

10. A aprovação no CAE será por conceito, não havendo classificação ou notas. Os alunos que não forem aprovados poderão solicitar matrícula em curso posterior, mas estarão impossibilitados de reapresentar temas de trabalhos que hajam sido rejeitados pela Banca Examinadora, após argüição do autor.

11. Fica prevista para agosto do corrente ano a abertura de inscrições para o VII CAE.

12. Para os fins previstos no Artigo 3º do Decreto nº 79.556, de 20 de abril de 1977, a data de instalação do Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas e do Curso de Altos Estudos é a de 15 de agosto de 1977 (cf. Edital do Diretor do Instituto Rio-Branco, de 20-4-1977, publicado no *Diário Oficial* de 2-5-1977). Nestas condições, decorridos cinco anos a partir daquela data (isto é, após 15 de agosto de 1982), constituirá requisito para progressão funcional a Primeiro Secretário e a Ministro de Segunda Classe haver o funcionário obtido aprovação no CAD e no CAE, respectivamente.

Brasília, em 19 de fevereiro de 1982.

a) Oswaldo Biato

PORTARIA DE 22 DE ABRIL DE 1982

O Ministro de Estado das Relações Exteriores, tendo em vista o Decreto nº 79.556, de 20 de abril de 1977, bem como a Portaria nº 451, da mesma data,

determina

que, em sendo apresentados mais de doze trabalhos escritos para a defesa oral, a Banca Examinadora será presidida por um Ministro de Primeira Classe e integrada por Câmaras de Argüidores, na proporção de uma Câmara até o limite de quinze trabalhos.

Cada Câmara será constituída por dois Ministros de Primeira ou Segunda Classe e uma personalidade estranha ao Quadro do Itamaraty, na forma estabelecida pelo Artigo 6º da mencionada Portaria.

a) Ramiro Saraiva Guerreiro

EDITAL

O Diretor do Instituto Rio-Branco faz público que, na forma do Decreto nº 79.556, de 20 de abril de 1977, e das Portarias nºs 450 e 451, da mesma data, do Ministro de Estado das Relações Exteriores, alteradas pela Portaria nº 483, de 17 de abril de 1979, estarão abertas, no período de 5 de julho a 5 de agosto de 1982, as matrículas para o Sexto Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas (VI CAD).

Sexto Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas

2. Poderão solicitar matrícula no VI CAD, mediante preenchimento e apresentação do formulário apropriado, os Segundos Secretários lotados no Brasil ou no exterior. O formulário, que também pode ser obtido no Instituto Rio-Branco, acompanha o presente Edital.

3. Dependendo do número de candidatos à matrícula, o Instituto poderá estabelecer um limite de vagas, com o objetivo de formar turma de dimensão razoável. Nesta hipótese, a seleção dos candidatos far-se-á com base na ordem de antigüidade na classe. A lista dos candidatos matriculados será divulgada até o dia 31 de agosto de 1982.

4. É a seguinte a relação das disciplinas do VI CAD:

i) Relações Internacionais;
ii) Organismos Internacionais;

iii) Economia Brasileira;
iv) Comércio Exterior do Brasil;
v) Administração Pública Federal; e
vi) Sistema Brasileiro de Orçamento e Execução Financeira.

5. O Instituto fornecerá aos alunos textos básicos e demais material informativo, para orientação dos estudos durante o Curso. Haverá exames finais das matérias acima relacionadas, em outubro de 1982.

6. A aprovação no CAD será por conceito, não sendo divulgadas classificação ou notas. Os alunos que não forem aprovados poderão solicitar matrícula em curso posterior.

7. Está prevista a abertura de matrícula para o VII CAD, em princípio, para o mês de dezembro de 1982.

Disposições gerais

8. Os alunos matriculados no VI CAD deverão acompanhar o desenvolvimento das disciplinas que o compõem, mantendo atualizados os textos básicos a elas referentes, durante o desenrolar do Curso.

9. Para os fins previstos no Artigo 3º do Decreto nº 79.556, de 20 de abril de 1977, a data de instalação do Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas é de 15 de agosto de 1977 (cf. Edital do Diretor do Instituto Rio-Branco, de 20.4.1977, publicado no *Diário Oficial* de 2.5.1977). Nestas condições, decorridos cinco anos a partir daquela data (isto é, após 15 de agosto de 1982), a aprovação no Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas constituirá, nos termos do Artigo 15, item IV, do Decreto nº 86.019, de 21 de maio de 1981, requisito indispensável para a inclusão de Segundo Secretário no Quadro de Acesso, para fins de progressão funcional a Primeiro Secretário.

Brasília, em 1º de julho de 1982.

a) Wladimir do Amaral Murtinho

EDITAL

O Diretor do Instituto Rio-Branco faz público que, na forma do Decreto nº 79.556, de 20 de abril de 1977, bem como da Portaria nº 451, da mesma data, do Ministro de Estado das Relações Exteriores, alterada pela Portaria nº 483, de 17 de abril de 1979, estarão abertas, no período compreendido entre 1º e 30 de setembro de 1982, as matrículas para o Sétimo Curso de Altos Estudos (VII CAE).

2. O VII CAE consistirá das seguintes atividades:

a) apresentação, ao Instituto Rio-Branco, de trabalho escrito sobre assunto de relevância para a diplomacia brasileira;
b) defesa oral do trabalho perante banca examinadora *ad hoc;* e
c) estágio de atualização.

3. A matrícula no VII CAE será solicitada mediante o preenchimento e o envio ao Instituto Rio-Branco, até 30 de setembro de 1982, de formulário conforme o modelo anexo ao presente edital.

4. Não serão aceitos os pedidos de matrículas que não contiverem o esquema estrutural do trabalho proposto, suficientemente desenvolvido de forma a permitir o julgamento de sua relevância funcional e utilidade como subsídio para a diplomacia brasileira.

5. O Diretor do Instituto Rio-Branco poderá recusar temas que não se enquadrem nas finalidades do Curso. Em tais casos, os candidatos poderão propor novo tema, para inscrição em curso posterior.

6. O Diretor do Instituto Rio-Branco poderá, igualmente, solicitar ao candidato o envio de dados complementares sobre o tema a ser desenvolvido.

7. Uma vez efetivada a matrícula, o candidato não poderá alterar o tema de seu trabalho. Admitem-se, contudo, modificações em seu esquema estrutural, desde que submetidas previamente à aprovação do Diretor do Instituto.

8. Dependendo do número de candidatos à matrícula, o Instituto Rio-Branco poderá estabelecer limite de vagas no Curso. Em tal caso, será observada a ordem de antigüidade na classe.

9. Os trabalhos deverão ser entregues ao Instituto Rio-Branco, impreterivelmente, até o dia 31 de agosto de 1983, em cinco exemplares, acompanhados de extrato, cuja extensão não deve ultrapassar duas páginas datilografadas.

10. O trabalho deverá refletir, preferivelmente, a experiência profissional do autor. No que respeita à sua apresentação, cabem as seguintes observações:

a) inexistem limites rígidos para sua extensão, sendo conveniente, contudo, que o texto (exclusão feita de índices, gráficos, mapas, notas bibliográficas e anexos) se situe entre 80 (oitenta) e 160 (cento e sessenta) páginas, datilografadas com espaço duplo de entrelinhas, em papel de formato ofício;

b) recomenda-se que inclua índice, introdução, desenvolvimento do tema, conclusões e referências bibliográficas precisas e sistematicamente indicadas;
c) o grau de sigilo é dado pelo autor, podendo, todavia, ser alterado, a critério da banca examinadora; em princípio, todos os trabalhos são sigilosos.

11. A banca examinadora, a ser designada pelo Senhor Ministro de Estado, na forma estabelecida pelo Artigo 6º da Portaria nº 451, de 20 de abril de 1977, alterada pela Portaria s/nº, publicada no Boletim de Serviço nº 65, de 27 de abril de 1982, efetuará a avaliação dos trabalhos escritos, tendo a faculdade de rejeitar aqueles que não apresentem as qualidades mínimas indispensáveis.

12. Para julgamento dos trabalhos escritos, a banca examinadora se orientará pelos seguintes critérios:

a) relevância funcional e utilidade como subsídio para a diplomacia brasileira;
b) aproveitamento do tema versado;
c) maturidade;
d) originalidade;
e) metodologia adequada;
f) correção dos conceitos e pertinência das conclusões;
g) precisão factual;
h) qualidade da linguagem;
i) relevância, riqueza e assimilação das fontes bibliográficas; e
j) apresentação.

13. Até 15 de outubro de 1983, a banca examinadora comunicará o resultado de sua avaliação ao Instituto Rio-Branco, que dele dará conhecimento aos interessados.

14. Os candidatos que tiverem seus trabalhos recusados nessa primeira fase poderão apresentar, em curso posterior, versão revista e aperfeiçoada dos mesmos, ou propor novo tema.

15. Os candidatos cujos trabalhos forem aceitos serão convocados pelo Instituto Rio-Branco para a fase final do VII CAE, que se realizará em Brasília, entre 21 de novembro e 2 de dezembro de 1983 e se constituirá da defesa oral dos trabalhos escritos e do estágio de atualização, nos termos do Artigo 2º deste Edital.

16. No julgamento da defesa oral, a banca examinadora se orientará pelos seguintes critérios:

a) conhecimento e domínio do tema versado;
b) segurança na defesa dos pontos objeto de argüição;
c) coerência, correção e propriedade da argumentação;

d) fluência e qualidade da linguagem; e
e) demonstração de conhecimento em matérias correlatas ao tema versado.

17. O estágio de atualização consistirá, essencialmente, da assistência a conferências e da participação em debates sobre política externa e sobre atualidade brasileira, podendo vir a ser organizadas visitas ou excursões relacionadas com essas matérias.

18. A aprovação no Curso de Altos Estudos será por conceito, que refletirá a avaliação do desempenho do candidato no preparo do trabalho escrito e na condução de sua defesa oral.

19. Os candidatos não aprovados na fase final do VII CAE poderão requerer matrícula em curso posterior, sendo-lhes vedada, entretanto, a reapresentação do mesmo trabalho.

20. O Instituto Rio-Branco esclarece que, a partir de 15 de agosto de 1982, a aprovação no Curso de Altos Estudos passou a constituir, nos termos do Artigo 15, inciso II, do Decreto nº 86.019, de 21 de maio de 1981, requisito indispensável para a inclusão dos Conselheiros no Quadro de Acesso, para fins de progressão funcional a Ministro de Segunda Classe.

21. A abertura de inscrições para o VIII CAE está prevista para fevereiro de 1983.

Brasília, em 27 de agosto de 1982.

a) Wladimir do Amaral Murtinho

PORTARIA Nº 504, DE 19 DE NOVEMBRO DE 1982

(publicada no *Diário Oficial* de 24.11.82)

Altera o Artigo 7º e seus parágrafos do Regulamento do Instituto Rio-Branco, aprovado pela Portaria nº 473, de 11 de janeiro de 1978.

O Ministro de Estado das Relações Exteriores, tendo em vista o que dispõe o Artigo 6º do Decreto nº 68.885, de 5 de julho de 1971, em virtude da competência que lhe foi delegada *ex vi* do Decreto nº 75.350, de 4 de fevereiro de 1975,

Resolve

alterar o Artigo 7º e seus parágrafos do Regulamento do Instituto Rio-Branco, aprovado pela Portaria nº 473, de 11 de janeiro de 1978, publicada no Diário Oficial de 16 daquele mês, que passam a ter a seguinte redação:

Art. 7º Os candidatos aprovados nas provas vestibulares iniciais serão submetidos a exames de sanidade e capacidade física e psíquica, a investigação dos costumes e do conceito corrente e a avaliação da aptidão profissional.

§ 1º Os exames de sanidade e capacidade física e psíquica, bem como a investigação dos costumes e do conceito corrente, ficarão a cargo de entidade oficial ou oficializada ou de junta de especialistas, à escolha do Diretor do Instituto Rio-Branco.

§ 2º A avaliação de que trata este Artigo será feita por uma comissão de cinco (5) membros, nomeada pelo Diretor do Instituto Rio-Branco.

§ 3º A Comissão emitirá, a respeito de cada candidato, parecer sobre sua aptidão para a Carreira diplomática e sobre a conveniência de sua admissão às provas vestibulares finais.

§ 4º Os pareceres da Comissão serão levados à aprovação do Ministro de Estado das Relações Exteriores, cuja decisão será final.

§ 5º Os candidatos aptos ficarão habilitados a realizar as provas vestibulares finais.

Brasília, em 19 de novembro de 1982.

a) Ramiro Saraiva Guerreiro

PORTARIA Nº 505, DE 19 DE NOVEMBRO DE 1982

(publicada no *Diário Oficial de* 24.11.82)

O Ministro de Estado das Relações Exteriores, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 71.534, de 12 de dezembro de 1972, e considerando o disposto no Artigo 15 do mesmo Decreto,

Resolve

aprovar as instruções e programas do Exame Vestibular para o Curso de Preparação à Carreira de Diplomata (CPCD) do Instituto Rio-Branco, a ser realizado em 1983.

O Diretor do Instituto Rio-Branco divulgará, por Edital, as instruções e programas em apreço, bem como os atos complementares que se fizerem necessários.

Brasília, em 19 de novembro de 1982.

a) Ramiro Saraiva Guerreiro

EDITAL

(publicado no *Diário Oficial de* 24.11.82)

O Diretor do Instituto Rio-Branco faz público que estarão abertas, de 21 de março a 22 de abril de 1983, as inscrições para o Exame Vestibular ao Curso de Preparação à Carreira de Diplomata (CPCD), o qual obedecerá às instruções e programas aprovados pela Portaria Ministerial nº 505, de 19 de novembro de 1982, que acompanham o presente Edital.

2. As inscrições poderão ser feitas: a) na sede do Instituto Rio-Branco, no Ministério das Relações Exteriores, e b) nos Centros Regionais de Inscrição do Instituto Rio-Branco em Manaus, Belém, Fortaleza, Recife, Salvador, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, São Paulo, Curitiba e Porto Alegre.

3. É fixado em 40 o número de vagas no primeiro ano do Curso de Preparação à Carreira de Diplomata no ano letivo de 1984 a serem providas pelos candidatos aprovados de acordo com a ordem de classificação.

Brasília, em 22 de novembro de 1982.

a) Wladimir do Amaral Murtinho